

Resquícios históricos da presença da Reforma no espaço lusófono, durante o século XVI

*Qual foi a influência que
essas novas ideias tiveram
na vida portuguesa,
durante o século XVI?
Para um primeiro olhar,
parece ter sido muito
pouca, mas quando
nos debruçamos um pouco
mais atentamente,
desvelam-se-nos alguns
aspectos e acontecimentos
iniludivelmente marcados
pela inspiração
reformadora.*

Introdução

Em 31 de Outubro de 1517, o monge agostinho Martinho Lutero afixava, na porta da capela do castelo de Vitemberga, um convite aos fiéis para um alargado debate teológico sobre o significado da pregação das Indulgências que visava angariar fundos para custear as obras em que estava envolvida a Sé de Roma, e que ficou conhecido pelo nome das 95 *Teses* de viva contestação dessa abusiva pregação.

O convite afixado começava com a justificação das razões que o ditavam e era expresso da seguinte forma:

Por amor da verdade, por zelo em fazer com que ela triunfe, as proposições seguintes serão discutidas em Vitemberga, sob a presidência do Reverendo Padre Martinho Lutero, mestre em Artes, doutor na Santa Teologia e leitor ordinário na Universidade. Ele pede aos que não possam estar presentes na discussão oral que intervenham por carta. Em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, Amén.¹

Segundo relatam as crónicas do acontecimento, no dia seguinte ao da afixação, 1 de Novembro, «ninguém se

¹ «Não era uma declaração de guerra. Uma advertência, sim. Uma chamada à ordem, severa, em nome de Deus» com o fim de «destruir as crenças erradas que eles [os pregadores das Indulgências] fazem nascer no espírito dos seus auditores» (cf. Lucien Febvre, in *Martinho Lutero, Um Destino*, p. 95).

Rui A. Costa Oliveira
Centro de Estudos
em Ciência das Religiões

apresentou para discutir contra o irmão Martinho». Insólito? Talvez não. Pois, ainda hoje se duvida se efectivamente Martinho Lutero esperaria o aparecimento de alguém, naquele dia, que o confrontasse ou se, pelo contrário, essa afixação representava a manifestação de um grito incontido que emergiu do âmago das causas acumuladas e interiorizadas ao longo de anos de meditação conventual e de elaborada reflexão teológica².

Se tomarmos o acto da afixação das *95 Teses* como o resultado da impulsão da verdade sentida e invocada por Lutero³, como um grito incontável de justificação existencial, seria de prever que Vitemberga era demasiado pequena para tão grande dirimção institucional político-religiosa como, aliás, se veio a verificar pelos efeitos daí decorrentes, na história da Europa.

Hoje, à distância de quinhentos anos, este acontecimento e as suas repercussões, adjuvados por muitíssimos trabalhos de investigação e análise de inúmeros eruditos, apresentam-se-nos como um desenvolvimento natural suscitado por razões que parecem incontornáveis e de desfechos esperados. Uma grande bola de neve se formou e agigantou e, curiosamente, foi do seio da própria instituição eclesiástica com especial relevância de lugares destacados da sua hierarquia, tão contestada, que surgiram os grandes vultos que deram corpo ao movimento da Reforma.

Qual foi a influência que essas novas ideias tiveram na vida portuguesa, durante o século XVI? Para um primeiro olhar, parece ter sido muito pouca, mas quando nos debruçamos um pouco mais atentamente, desvelam-se-nos alguns aspectos e acontecimentos ineludivelmente marcados pela inspiração reformadora. A grandeza visível dos resultados nem sempre pareceu corresponder ao tamanho e ao sacrifício do esforço, mas restaram sempre pequenos sedimentos que, hoje, nos facultam indícios preciosos para avaliarmos a dureza dessa luta.

No nosso trabalho, realçamos alguns desses factos com a preocupação de demonstrarmos que, apesar das contingências redutoras e restringidoras das relações, o pensamento humano – quando impulsionado pela intrínseca necessidade de afirmar o seu natural anseio de liberdade – sempre encontra formas de contornar a imposição dos modelos uniformizadores e de romper as barreiras do legalismo desestruturador da dignidade.

² A que, também, se devem acrescentar as inevitáveis influências dos novos ventos de contestação religiosa e de mudança – pelo menos desde o séc. XIV, por exemplo, com o aparecimento das seitas milenaristas, onde pontua Joaquim de Fiore –, manifestados na denúncia da corrupção e relaxamento dos costumes dos eclesiásticos a começar nos lugares cimeiros da hierarquia, e conduzindo muitos dos seus agentes e apoiantes – caso dos pré-reformadores, p.ex., John Wycliffe (1320-1384) e Jean Hus (1369-1415) – ao cada-falso inquisitorial ou à clandestinidade forçada pelas intensas perseguições de limpeza «herética», de que se destaca, pela proximidade, Frei Jerónimo Savonarola (1452-1498), de quem se disse: «Se foi bom, foi-nos dado contemplar, na nossa época, um grande profeta; e, se foi mau, foi um homem bem grande, porque, sem falar da sua erudição, se soube simular perante tal público e durante tantos anos semelhante coisa sem nunca ser apanhado a mentir é preciso confessar que tinha convicções, inteligência e espírito inventivo» (cf. Guichardin, in «Savonarola, Frei Jerónimo» *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, It. P/S, Lisboa, 1979, Edições Artis-Bompiani). O povo vivia a angustiada inquietação e temor pela sua salvação eterna, multiplicando-se, por isso, os altares, as funções religiosas, a procura de relíquias, as práticas devocionais e a compra e venda de indulgências – num excesso de observantismo – como meios de atrair a graça divina que assegurasse, ainda em vida, a felicidade eterna. Nesta atmosfera, multiplicaram-se também os esforços dos pregadores – bons e maus – no apoio e no incentivo às devoções populares, muitas vezes recorrendo a exagerados métodos de persuasão que, não raro, se transformavam em meio de extorsão pecuniária e de valores, num mercado tão promíscuo como o envolvimento do clero nos negócios mundanos que contribuíam para uma enorme confusão entre as esferas do sagrado e do profano.

³ Como escreveu nas *Resoluções* das teses de Leipzig, dois anos depois, em 1519: «Proclamarei com confiança o que eu creio ser a verdade, quer seja afirmada por um católico ou por um herético» (cf. Lucien Febvre, *o. cit.*, p. 157).

«*Luteranos*» em Portugal

No monitório de 1536, a Inquisição portuguesa engloba o «Luteranismo» – nome que designava não só o movimento reformador iniciado por Martinho Lutero, mas ainda todos os outros movimentos surgidos no período da Reforma –, no conjunto de práticas consideradas anticristãs. É importante que se enumerem estas práticas, a fim de se perceber que ideia tinham os responsáveis eclesiásticos da Igreja católica sobre a realidade desses movimentos reformadores:

- «– incredulidade acerca da vida para além da morte;
- incredulidade acerca da existência de Paraíso e de Inferno;
- incredulidade na presença de Cristo na Eucaristia;
- incredulidade acerca do efeito de sacrifícios, orações e missas em sufrágio das almas;
- recusa do reconhecimento de qualquer autoridade religiosa ao Papa e aos bispos;
- recusa da confissão dos pecados;
- crença na transmigração das almas;
- crença na salvação, independentemente da pertença religiosa;
- crítica e recusa de qualquer culto mariano e ainda não reconhecimento da sua virgindade;
- dúvidas quanto à divindade de Jesus;
- não aceitação do sacramento do matrimónio;
- invocação dos demónios e bruxaria;
- posse de livros heréticos e proibidos.»

Em 1594 (quase sessenta anos depois), no entanto, já o Protestantismo aparece com um tratamento diferenciado, pois de um total de 28 artigos, correspondentes aos delitos de heresia, são-lhe reservados os cinco primeiros, assim explicitados:

- «– negação do sacramento da Eucaristia;
- negação do sacramento da Confissão;
- negação do purgatório;
- negação dos artigos de fé e da maioria dos sacramentos da Igreja;
- negação do livre-arbítrio e do valor das obras, na salvação.»

A presença visível e significativa de seguidores da Reforma, em Portugal, é muito tardia⁴, como podemos depreender das palavras proferidas, no Concílio de Trento, em 1563, pelo delegado português, D. Jerónimo de Azambuja: «graças à Providência divina e aos cuidados do nosso rei mui cristão, não se vislumbram em Portugal quaisquer sinais da heresia luterana que enche o mundo».

Também nestas palavras estão implícitas as razões dessa ausência luterana – «...[pel']os cuidados do nosso rei» – que se apoiava na acção inquisitorial, insistente-

⁴Pois só em 1845, no Funchal, através do empenho e ardor evangélico do Dr. Robert Kalley (1809-1888) que ali havia aportado em 1838, é que surge organizada a primeira instituição protestante – a Igreja Presbiteriana Portuguesa – e que acabou de forma quase trágica, um ano depois. O Dr. Kalley, acossado por populares católicos (acobertados por uma acção policial passiva ou inerte) teve de deixar aquela ilha, seguido por muitos membros dessa nova comunidade e acabando por ser acolhido no Brasil, em 1855, onde desenvolveu intensa actividade missionária, não sem dificuldades, até 1876, ano em regressou, acompanhado da sua segunda esposa, a Inglaterra.

mente rogada ao papa para o seu reino⁵, a que juntava a legitimidade policial na defesa do que considerava serem os bons costumes e a boa religião.

A constatação de uma inexistente adesão à Reforma, no espaço português, não se deve, especialmente, pela recusa das populações abandonarem as suas práticas religiosas tradicionais, mas tão somente pela acção da Inquisição e por outros fenómenos poucas vezes referidos: o das indefinições e das tergiversações das diversas tendências cristãs que começaram a proliferar, à nascença, em expressões diversificadas do protestantismo – surgindo aos olhos das populações, habituadas ao uniformismo romano funcional e disciplinador, como titubeantes, pouco fundamentadas e inconsistentes propostas de mudança; e, no seio do catolicismo, «a exasperação de posições [...] que atravessou as ordens religiosas e o clero de uma forma mais alargada do que se pensa» promete, também, uma reforma a partir do seu interior, concretizada nas posições doutrinárias emergentes de Trento.

Até ao séc. XIX, não aparecem a circular, em Portugal, quaisquer impressos protestantes, devido especialmente à apertada malha de vigilância inquisitorial que, permanentemente, remetia para o rol dos livros proibidos os textos suspeitos dessa proveniência e, de um modo sistemático, vasculhava tipografias, bibliotecas e arquivos particulares⁶, além do controlo das cargas dos navios que escalavam os portos nacionais. Muitos dos casos de apreensão de livros suspeitos ou com doutrina luterana, mencionados nas actas inquisitoriais, eram pertença de pessoas em trânsito na cidade de Lisboa, geralmente mercadores e mareantes flamengos, alemães ou ingleses e, em alguns casos, os seus hospedeiros também estrangeiros que, frequentemente, desempenhavam funções consulares e, cumulativamente, exploravam locais de alojamento.

Segundo o olhar de muitos historiadores, a repressão inquisitorial – instituída pelas bulas papais de 1536 e 1579 e instrumentalizada pela burocracia monárquica portuguesa – inscreve-se num quadro de normalidade para o pensamento da época que tendia a aceitar a uniformização política e religiosa dos Estados – «*cuius regio illius religio*» (a cada príncipe a sua religião). Ora, sendo Portugal um país de população católica romana não era de aceitar, no seu seio, outras confissões religiosas (onde se incluía o Protestantismo), sempre consideradas de importação estrangeira e, por isso, uma ameaça para a religião hegemónica e para o Estado. Paradoxal é, no entanto, a tolerância de movimentos de raiz popular, como os milenaristas e sebastianistas que só se explica pelo facto de fazerem apelo muito forte aos sentimentos de fundo nacionalista; e ainda a contemporização

⁵O Tribunal da Santa Inquisição, a pedido de D. João III, foi instaurado em Portugal em 23 de Maio de 1536. No entanto, segundo a opinião real, eram muito limitados os poderes de que estava investido, pelo que, em prova de desagrado, só lhe foram concedidas condições de funcionamento em 1539. Porém, em 1547, foram-lhe concedidas, através da Bula papal *Meditatio cordis*, «mais amplas concessões». Em 1772, o Marquês de Pombal, ao reformar a Inquisição, reconhecia bem o seu papel político, ao afirmar «que a Inquisição fora sempre tribunal régio – régio pela sua função e régio pela sua mesma natureza» (cf. Isaias da Rosa Pereira, «Subsídios para a História da Inquisição em Portugal no séc. XVI», in *Anais*, II série, v. 23, t. II, Lisboa, 1976, Academia Portuguesa da História, pp. 147ss).

⁶«Poucos países europeus terão conhecido uma tão férrea, burocratizada, especiosa e desconfiada censura intelectual. Textos impressos (legais e clandestinos) ou manuscritos foram perseguidos a tal ponto que nunca será possível, em regra, fazer uma avaliação das ideias que verdadeiramente dominaram as consciências atormentadas do Portugal [do século XVI].»

«[...] a vigilância da Inquisição sobre a palavra escrita abrangia, indiscriminadamente, obras impressas e manuscritos, não sendo pequeno o número de textos que foram destruídos pelos seus autores ou herdeiros, no pavor de virem a pagar muito cara a ousadia de os conservarem na sua posse.» (cf. Artur ANSELMO, «A palavra recôndita na Cultura Portuguesa da Época Barroca», in *Revista Portuguesa de História do Livro*, pp. 15 e 40).

com outras expressividades religiosas, no campo da magia e da superstição, por não se mostrarem ameaçadores do *status* político ou religioso instituído.

A ameaça da difusão das ideias «luteranas», em Portugal, suscitou na hierarquia eclesiástica, um movimento de defesa e combate, concretizado na impressão de vários livros de devoção onde se explicavam as verdades da fé católica, pois, como nos deixou dito D. Frei Manuel do Cenáculo, «antes da Reforma protestante “não era vulgar na Europa a diligência de imprimir Livros desta natureza”»⁷.

Também na Oratória se desenvolveram os métodos discursivos por forma a tocar os tímpanos e atingir as consciências dos fiéis, especialmente contra as ideias «erróneas e heréticas» de origem luterana. No célebre Colégio das Artes de Coimbra, onde leccionaram alguns dos primeiros simpatizantes da Reforma e que, em 1555, foi entregue à administração dos Jesuítas, a Oratória merecia honras de disciplina distinta e regia-se pelo manual do jesuíta Cipriano Soares, *De arte rhetorica* que ensinava: «o *delectare* valorizava o *docere* e amadurecia o *movere*»⁸.

Da mesma forma, a introdução do vernáculo nos cânticos litúrgicos tinha a pretensão de melhor prender a atenção dos fiéis para os momentos mais importantes das celebrações, concorrendo, desta forma, como diz Vieira Nery, «com a estratégia protestante de recorrer a textos de língua vernácula por facilitarem a identificação dos fiéis com o culto»⁹.

A Igreja Católica, depois da reforma de Trento, continuou o esforço da retoma hegemónica que via ameaçada. Investia, por isso, a sua acção em todos os aspectos da vida das sociedades. A reforma do Calendário – sob Gregório XIII – em 1582, foi, por exemplo, um dos actos de exercício soberano do Catolicismo Romano que permitiu avaliar o peso das suas decisões. Aceite, inicialmente sob reserva, por algumas nações católicas e confrontada com a dura oposição dos Protestantes que resistiam à avalização de qualquer iniciativa católica, acabou por se impor e ser adoptada por todo o Ocidente e exportada, mais tarde, para o resto do mundo¹⁰.

Quando, em 1580, após a morte de D. Henrique, Filipe II de Espanha se confrontou com o Prior do Crato na luta pela sucessão ao trono de Portugal, os bispos portugueses dividiram os seus apoios pelos contendores. No entanto, os que apoiavam o pretendente espanhol justificavam essa posição com o medo da infiltração das ideias luteranas, veiculadas pelos apoiantes franceses da causa do Prior do Crato¹¹, apesar de, curiosamente, já se conhecerem algumas minorias luteranas instaladas em Espanha (Valadolid e Sevilha, 1558-59)¹².

Só na segunda metade do século seguinte é que surgirá o nome de um português, ligado institucionalmente ao Protestantismo – João Ferreira de Almeida (1628-1691)¹³

⁷ Cf. João Francisco Marques, «A Palavra e o Livro», in *História Religiosa de Portugal*, v. 2, Lisboa, 2000, Círculo de Leitores, p. 382.

⁸ Id., *Ibidem*, p. 400.

⁹ Cf. João Francisco MARQUES, *op. cit.*, p. 510.

¹⁰ António Camões GOUVEIA, «Sensibilidades e representações religiosas», in *História Religiosa de Portugal*, v. 2, Lisboa, 2000, Círculo de Leitores, pp. 317-318.

¹¹ Cf. José Pedro PAIVA, «A Igreja e o poder» in *História Religiosa de Portugal*, v. 2, p. 137.

¹² Cf. Sónia A. SIQUEIRA, *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*, S. Paulo, 1978, Ed. Ática.

¹³ João Ferreira de Almeida era natural de Torre de Tavares (Mangualde). Sabe-se que a sua educação foi confiada a um tio padre que residia em Lisboa. Mantém-se, no entanto, sob o mistério as razões que o terão levado, com 14 anos, para o Oriente. Em 1642, é certo que está na Java holandesa, tendo aderido à Reforma e sendo ordenado pastor calvinista em 1658, depois de ter prestado provas em disciplinas teológicas. Foi o primeiro tradutor da Bíblia para a língua portuguesa, provavelmente, directamente do hebraico e do grego (cf. Manuel P. CARDOSO, *Por Vilas e Cidades*, Lisboa, 1998, Seminário Evangélico de Teologia, pp. 25-26).

– mas, neste caso, a exercer o seu ministério fora de Portugal, em territórios da Batávia (na Java holandesa), embora pregando na sua língua natal, para uma população autóctone que, naquela época e naquela zona, tinha o português como língua franca, adoptada durante o convívio com os portugueses que ali tinham permanecido até à união das coroas ibéricas¹⁴.

Indícios das ideias «luteranas» em expressões populares e os contributos forasteiros de mercadores e mareantes

Conhecem-se certas expressões do falar popular da época que se podem perfeitamente identificar como indícios de uma certa permeabilidade às ideias reformadoras, já que mais não seja como sinais evidentes de uma crítica subjacente à instituição religiosa ou, pelo menos, às doutrinas de combate às novas heresias, explanadas a partir dos púlpitos. Tomamos como referências bem identificadoras destes indícios as expressões seguintes que, curiosamente, ainda hoje se ouvem:

«Cada um pode salvar-se na sua fé»

«Nada há mais, que viver e morrer»

A primeira expressão pretendia transmitir um sentimento de repulsa pela estranha «(i)moralidade» de muitos membros do clero da Igreja Católica, que se apresentava como detentora da única Verdade que salva, ao mesmo tempo que se desacreditava pelo comportamento de alguns dos seus dignitários¹⁵; e ainda pelos comportamentos de muitos fiéis de outras crenças religiosas que testemunhavam santidade e humanismo, embora sendo acusados de paganismo e diabolizados. O povo comum, à revelia das grandes conjecturas e discussões teológicas, revelava um sentido pragmático na interpretação do que observava na sociedade e, evitando confrontar-se com situações de escolha que ditariam o abandono das suas tradições religiosas herdadas, optava por manifestar, através de frases do tipo – «cada um pode salvar-se na sua fé» – uma crença de compromisso, mais ajustada aos princípios éticos e de justiça que intimamente associava e reconhecia em todas as religiões e, no fundo, em cada homem recto.

A segunda expressão manifestava sentimentos de raiz primária fundados numa cultura dominada pela relação muito estreita com a natureza rural. O povo falava, exprimindo-se por analogias com as realidades envolventes. Falava daquilo que se habituou a observar no seu dia-a-dia: nasce-se, vive-se, morre-se. Parece nada mais restar, pois o tempo que lhes sobra, depois das azáfamas penosas do amanhã das ter-

¹⁴ A ilha de Java tinha pertencido à coroa portuguesa, mas após a união ibérica, Portugal passou a sofrer a hostilidade dos inimigos de Espanha e por esse facto tornou-se insustentável – quer em material quer em homens – a manutenção de guarnições militares em todo o Oriente, em estado de guerra permanente, pelas investidas contínuas dos Ingleses e Holandeses contra essas possessões, pelo que teve de ser abandonada.

¹⁵ «Este era um dos problemas mais graves com que a Igreja se debatia no início do século XVI, e foi um dos principais temas da Reforma. Em Portugal, as críticas duras ao clero, pelo mau exemplo, faziam-se nomeadamente na corte através do texto vicentino, e as primeiras presenças duradouras de pessoal eclesiástico em África também suscitaram, desde cedo, alguns problemas disciplinares» (p.ex., as cartas do Manicongo a D. Manuel, em 1514 e 1515, ou a carta de Jorge de Albuquerque, capitão de Malaca, em 1555, que aconselhava «clérigos e frades mancebos não são para estas terras»). Esta situação, em registo missionário, só começou a sofrer algumas melhoras a partir da missionação jesuíta, especialmente preparada e enformada nas inovações tridentinas. (Cf. João Paulo de OLIVEIRA, «A diáspora missionária» in *História Religiosa de Portugal*, v. 2, pp. 268.)

ras, é escasso para o descanso quanto mais para elocubrações filosóficas ou teológicas. A jornada diária era demasiado esgotante e exigente e, por isso, só lhes restava desabafar de uma forma breve e evidente: «vive-se e morre-se». O que está para além desta realidade, reserva-se para a intimidade de cada um, para as íntimas cogitações, carecendo de importância objectiva para os diálogos de cada dia.

No entanto, desabafos expressivos desta natureza parecem evidenciar um contacto mais estreito com as novas doutrinas de influência moderna e, por isso, as actas dos interrogatórios do Santo Ofício fazem-lhes contínuas e repetidas referências. Deste modo, a suspeição ganhou terreno e alimentou as imaginações deladoras da contra-corrente e antiluteranas.

Os processos inquisitoriais devidamente instaurados, registados e arquivados, só nos Arquivos da Torre do Tombo – pois existem inúmeros outros espalhados pelas diversas bibliotecas de Lisboa, Évora e Coimbra, além dos de Goa e do Brasil – rondam os 40 000, com poucas dezenas estudados¹⁶, mas uma grande parte deles referem-se a «culpas heréticas» (observância, tolerância ou veiculação de ideias «luteranas»), por desvios de comportamento relativos ao cumprimento dos deveres impostos pela Igreja católica¹⁷. Os casos que abaixo mencionamos, pretendem ilustrar, como exemplo, a singularidade de diversos posicionamentos das pessoas do povo, e suas consequências, perante a acção inquisitorial, e a atmosfera que envolvia a sociedade do tempo.

Um caso que causou grande alvoroço na cidade de Lisboa e que, de uma certa maneira, contribuiu para o agravamento da vigilância que se exercia sobre os estrangeiros em circulação ou residentes, sucedeu em 1552, durante a missa na Capela Real, quando um mercador inglês – o judeu calvinista Robert Gardiner – se abeirou do celebrante, no momento da elevação da hóstia consagrada, lha arrebatou das mãos e, lançando-a ao chão a espezinhou, perante o olhar estupefacto, incrédulo e escandalizado de todos os presentes. Preso, foram-lhe decepadas as mãos e queimado, no dia seguinte, por ordem real, depois de uma procissão muito compungida e de desagravo pela cidade.

Numa denúncia feita contra um flamengo de Lisboa, Gonçalo Daque, uma mulher de nome Isabel da Cunha dava conta de algumas afirmações heréticas proferidas pelo acusado, numa certa manhã de 1571. Este ao ver passar, em procissão, um padre jesuíta muito conhecido, Mestre Inácio, acompanhado dos meninos da doutrina, afirmou «que na sua terra havia mais santidade do que cá e que a rainha da Inglaterra era melhor cristã do que o papa» e, ainda, informado que Mestre Inácio distribuía rosários pelos meninos, ter dito «que na sua terra não havia rosário senão Bíblia e todos sabiam ler».¹⁸

Algumas atitudes, embora não permitam deduzir que se trate de reacções de heréticos, acrescentam informação acerca do mal-estar que, logo de início, a ambiência inquisitorial criava. Está neste caso a denúncia construída contra uma mulher algarvia, Margarida Avondosa, que em resposta a um mareante que dissera: «Agora vem a Santa Inquisição, andaremos todos com o pé direito»; ela retorquiu: «Merda para a Inquisição e para quem a manda e para quem a traz.»¹⁹

¹⁶ Cf. Isaiás da Rosa PEREIRA, *ob. cit.*, p. 150.

¹⁷ Ver *Anexo 1*, p. 27.

¹⁸ Cf. Isaiás da Rosa PEREIRA, *ob. cit.*, p. 157.

¹⁹ Cf. Isaiás da Rosa PEREIRA, *ob. cit.*, p. 158.

Alguns clérigos e intelectuais vêm-se indiciados pela Inquisição

Nas actas inquisitoriais – trazidas à luz da imprensa, por diversos estudos dedicados a este tema – mencionam-se inúmeras detenções e execuções de aderentes às ideias luteranas, mas sempre mereceram especial destaque as que referem elementos do clero, como foi o caso da execução, em 1562, de Frei Valentim da Luz, eremita de Santo Agostinho, que não se coibia de espalhar e pregar «muitos dos erros da predita seita luterana e de outros hereges».

Menciona-se também o caso de um pregador, em Alcácer do Sal, e de um membro da Ordem de São Tiago que afirmavam «*que não havia Purgatório*»²⁰ e ainda um outro testemunho referindo que um confessor teria dito que «as contas bentas [indulgências] que o papa concedia para se tirar as almas do Purgatório que lhe parecia que o papa o não podia fazer porque as almas do Purgatório estavam fora da sua jurisdição».

Em 1571, o prior da Graça (Lisboa), Fr. Agostinho da Paixão, é indiciado por tendências luteranas (pasmem-se, pela justificação!), identificadas nas frequentes denúncias que, a partir do púlpito, fazia dos clérigos que viviam amancebados e que entesouravam à custa da venda de missas e sermões.

Os *Colóquios* de Erasmo, impressos em Coimbra, em 1547 – presumivelmente sob o beneplácito da rainha, esposa de D. João III, que muito admirava o humanista –, são mencionados em diversas denúncias apresentadas à Mesa Censória da Inquisição, nomeadamente contra um «ex-religioso», Luís Antunes, por este «louvar Erasmo e os seus livros» e afirmar que o mal que os clérigos de Lisboa diziam de Erasmo se devia a inveja, pois «que viria tempo em que os seus livros se haviam de estimar muito»²¹.

Há que assinalar também o caso do padre Fernando de Oliveira [1507-1581(?)], notável «pensador, erudito e sábio, latinista elegante, gramático e polemista teológico, retórico e tratadista de arquitectura naval»²² que, apesar de ser íntimo de D. João III, pois o enviou em missão secreta para Itália, em 1541, não deixou de ser incomodado pela Inquisição que o prendeu nas masmorras do Rossio, em 1548 e, mais tarde, em 1555, depois de relevantes serviços prestados ao País. Das duas prisões que sofreu e por cujas causas acabou por morrer «triste, pobre e esquecido» foi sempre acusado de «protestantismo» pela sua defesa do rei de Inglaterra a quem devia favores, alegando que não o considerava herege, e sempre ter proferido opiniões críticas ao alto clero romano e à pretensa infalibilidade papal. Um dos seus estudiosos, o autor do Hino Nacional, Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), diz dele: «O padre Fernando Oliveira é digno de ser estudado sob todos os seus aspectos. Ele representa em Portugal uma das mais brilhantes personificações do espírito de livre exame do séc. XVI. Nos seus escritos, nas suas justificações perante o Tribunal do Santo Ofício, revela-se a cada momento a influência das doutrinas revolucionárias, suscitadas pelo extraordinário movimento da Reforma.»²³

²⁰ O Purgatório e as Indulgências haviam sido dois dos tópicos centrais da discussão entre Martinho Lutero e Johann Eck que só sossegou quando conseguiu de Roma a bula *Exsurge Domine* que excomungou o monge agostinho, denunciador e contestário.

²¹ Cf. Isaías da Rosa PEREIRA, *ob. cit.*, p. 152.

²² Autor da primeira gramática do nosso idioma, *Gramática da Língua Portuguesa*, editada em 1536 (cf. *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, It. L/O, Lisboa, 1979, Edições Artis-Bompiani, p. 2440).

²³ In http://www.igreja-presbiteriana.org/Port/Fazemos/ComSocial/BEI/BEI01_02/bei-01...

Por volta destas datas, mais precisamente em 1550, outros nomes bem conhecidos e influentes – quatro professores do Colégio das Artes de Coimbra – tiveram de se confrontar com o Tribunal do Santo Ofício. Este colégio que havia sido criado por D. João III, em 1547, e que visava proporcionar condições que obviassem o desejo de muitos portugueses abandonarem o país para continuarem os seus estudos, recrutou alguns professores com experiência e conhecimentos adquiridos no exterior. Destacam-se os nomes de George Buchanan, Diogo de Teive, João das Costa e Marcial de Gouveia que foram os alvos da suspeita de simpatias pelas ideias da Reforma, por influência sofrida durante as suas permanências no estrangeiro. Valeu-lhes o facto de serem aparentados ou íntimos de pessoas do círculo da corte para verem os seus processos resolvidos em tempo recorde de um ano, não evitando, porém, o período de penitência conventual que lhes foi imposto pela Inquisição.

Um outro nome influente, sonante e frequentemente mencionado é o de Damião de Góis²⁴, mas mantêm-se as divergências, no seio dos seus estudiosos, quanto à definição das suas convicções religiosas, pois, segundo uns, eram de adesão plena à Reforma, pois das suas declarações no Tribunal da Inquisição, consta o facto de ter confessado que, na sua juventude, o assaltavam pelo menos duas dúvidas: uma acerca do problema das indulgências e a outra, da necessidade da confissão. Outros, porém, consideram-no simplesmente um crítico interno da religião, pois, caso contrário, era difícil compreender que tivesse vivido tranquilamente, tantos anos em Lisboa, em permanente contacto com a Corte, onde ocupou o «alto cargo de guarda-mor da Torre do Tombo e, mais ainda, pelo facto de o próprio Cardeal-Infante D. Henrique o ter encarregado de escrever a *Crónica* do reinado de seu pai»²⁵. Independentemente, da sustentabilidade de qualquer destas opiniões, teve de se confrontar com o tribunal inquisitorial, tendo estado preso desde 4 de Abril de 1571 até 16 de Dezembro de 1572, depois de se ter retractado relativamente a afirmações proferidas 35 anos antes, conforme acusações imputadas por Simão Rodrigues, fundador dos Jesuítas em Portugal, que não lhe evitaram a condenação a «cárcere perpétuo» que cumpriu na sua residência de Alenquer até falecer.

Acredita-se que, interiormente, nunca tenha renegado o Catolicismo, mas não há dúvida de que estabeleceu contacto próximo com todos os reformadores da época, em diversas situações. Sabe-se que foi hóspede, durante algum tempo, de Erasmo – grande crítico das políticas romanas, mas que nunca renunciou à sua fé católica – e que se encontrou com Martinho Lutero e com Filipe Melanchton, em Vitemberga, em 1531, mais precisamente, no Domingo de Ramos, tendo chegado, inclusive, a assistir ao sermão que Lutero proferiu, do qual, segundo disse, só percebeu algumas frases ditas em latim, pois desconhecia o alemão. E, no dia seguinte, comeu com os dois reformadores, tendo visitado «a casa de Lutero, onde Catarina de Bora lhes serviu uma merenda de maçãs e avelãs»²⁶. As suas relações com os homens da Reforma eram de tal forma conhecidas pelas figuras públicas de então que Damião de Góis chegou mesmo a ser convidado por um cardeal da Cúria romana para servir de seu porta-voz, em contactos com

²⁴ Damião de Góis nasceu em 1502 e faleceu na sua terra natal, Alenquer, em 1574, depois de ter percorrido a Europa e se ter relacionado com todos os grandes nomes da intelectualidade europeia, o que lhe valeu a suspeita de ser portador das tão temidas ideias difundidas pela Reforma.

²⁵ Cf. Isaías da Rosa PEREIRA, «O processo de Damião de Góis na Inquisição de Lisboa», *Anais*, pp. 148-149.

²⁶ IDEM, *ibidem*, p. 129.

Melanchton, com vista ao restabelecimento da paz e da unidade religiosa, diligências estas que parece nunca terem dado qualquer resultado.

De Damião de Góis e suas relações sociais, sem quaisquer entraves, também nos dá conta o cronista da Feira do Livro de Francoforte do Meno, Henri Estienne (1528-1598), ao referir a afluência àquela Feira²⁷ de muitos dos grandes nomes das letras europeias, oriundos da Flandres, Itália, França, Castela e Portugal, para ali apresentarem as suas obras. Menciona Lutero, Melanchton, Reuchlin, Erasmo e Rabelais, entre outros, admitindo a hipótese, mais que provável, de uma ou outra visita de Damião de Góis, pelo menos em 1531, na viagem que fez de Antuérpia para Danzig, em que passou por Francoforte, donde escreveu uma carta para João Magno Gothus²⁸.

Ideias da Reforma no Além-Mar

Com as famosas bulas de Alexandre VI, de 1493, e os acrescentos do Tratado das Tordesilhas, de 1494, e seus posteriores «remendos», que, literalmente, estabeleciam o eixo do Mundo, e, a partir dele, o direito dos países peninsulares ao domínio das terras a descobrir, o mundo «civilizado» da época assistia, pela primeira vez, a uma encenação que, aos olhos de hoje, parecem de um surrealismo inimaginável.

Essas Bulas, como instrumento religioso, e esse Tratado, como instrumento político, são sinais manifestos de uma visão geopolítica do mundo, concertada entre as forças detentoras do poder da época, mas, simultaneamente, denunciam uma visão obscura, embaciada e distante das realidades, por vezes, a tocar as raias da irrisão, como posteriormente acabou por ser demonstrado quando emergiram os «igualmente legítimos» interesses de outras nacionalidades, e se impôs, revigorada, a figura do Padroado, como instrumento político-religioso de recurso para conter outras ambições.

A sociedade moderna que emergia no dealbar de Quinhentos pode bem ser caracterizada como a «sociedade dos extremos». Nela, tudo surgia claro e evidente. Talvez nunca a Humanidade se tivesse confrontado com tão claras e definidas manifestações de «Verdade». Os campos ideológicos, religiosos e culturais demarcavam de uma forma bem nítida os seus limites. O olhar que o homem ocidental lançava sobre o «Outro» era um olhar altivo, por vezes carregado de pendor paternalista clemente e misericordioso, outras vezes, cheio de sobrançeria, desprezo e exigindo submissão. Viviam-se os tempos do verdadeiro culto da Civilização que se estenderiam, com altos e baixos, pelo menos, até meados do século XX.

²⁷ A Feira de Francoforte realizava-se na Primavera e Outono de cada ano e, a partir dela se «*alimentavam*» uma boa parte do comércio livreiro quer das cidades universitárias como Alcalá, Salamanca, ou Coimbra, quer de algumas das mais importantes livrarias particulares de eruditos peninsulares daquela época». Outra parte substancial do comércio livreiro para Portugal, durante o século XVI, era feita a partir das tipografias de Lyon, rota natural seguida pelos eclesiásticos que de Roma demandavam a Península Ibérica. «A compra de livros reformistas nos fins do século XVI, por parte de livreiros do Ocidente europeu (designadamente de Castela e Portugal), decorria, porém, com algumas precauções. A cada vez mais poderosa *máquina* inquisitorial – em particular graças às edições de Índices de livros proibidos, nas principais cidades-capitais do Ocidente – levava a que os livreiros não descurassem esse perigo.» (Cf. Manuel Cadafaz de MATOS, «O saber sobre a tábua e a bolsa, ou o livro como *ropica pñefma* em Francoforte do Meno», in *Revista Portuguesa de História do Livro*, nota 23, pp. 56-57 e 63-64.)

²⁸ Cf. Manuel Cadafaz de MATOS, *Ibidem*, pp. 52-53.

Na Ásia e na África

Toda a acção missionária ocidental se desenvolveu impregnada desta mentalidade e, ressaltando os benefícios únicos do «encontro» com o diferente, colheu os frutos de muita arrogância, temeridade e acção subalternizadora da dignidade do que era estrangeiro. As seguintes palavras de um desses missionários, Frei João dos Santos, são bem elucidativas dessa forma de pensar e agir:

Esta terra da Europa é a menor das quatro partes do Mundo [Europa-Ásia-África-América]. Porém excede todas em nobreza, virtude, gravidade, magnificência e quantidade de gente política. Antigamente, senhoreava toda a Ásia e África como rainha, por via da monarquia grega e romana, e ao presente pela autoridade da Santa Sé Apostólica, sita em Roma, cabeça do mundo e da cristandade.²⁹

Em sintonia, o calvinista Jean de Léry, ao caracterizar os naturais da América, em quem não reconhecia capacidades para o uso da escrita, descrevia-os desta forma bizarra:

Para mostrar quanto as nações, que abitam essas trez partes do mundo, Europa, Azia e Africa, devem louvar a Deos pela superioridade sobre os selvagens d'esta quarta parte xamada America; pois quando estes não podem comunicar couza alguma sinão por via da palavra, nós ao contrario temos a vantagem de não mover-nos de um lugar, e podermos por meio da escritura e das letras, que enviamos, declarar os nossos segredos a quantas pessoas nos apraz, embora estejam estas mesmas pessoas nas extremidades do mundo. Assim além das sciencias que aprendemos nos livros, que os selvagens certamente não possuem, acontece ainda, que a invenção da escritura, que nós temos, e de que eles estam inteiramente privados, deve ser posta na ordem dos singulares dons, que os omens de cá, receberam de Deos.³⁰

Apesar da hecatombe político-social provocada pela cisão protestante, os abalos sentidos nessa mentalidade não se mostraram suficientemente incisivos para determinar verdadeiras mudanças de fundo. São inúmeros os testemunhos de procedimentos, negativamente equivalentes, por parte de qualquer dos seguidores das diversas correntes cristãs. As confrontações religiosas que, até à cisão, visavam unicamente as outras religiões; a partir daí, passaram a incluir também os cristãos separados. Prevalencia sempre essa distorcida teimosia ideológico-religiosa de ver o «outro diferente» como um inimigo. As políticas atualizadoras da disciplina crente, emanadas de Trento que consubstanciavam a Contra-Reforma, bem cedo demonstraram que os novos métodos não divergiam muito dos já historicamente conhecidos. Trazemos aqui um dos exemplos, gerados por essa nova corrente de pensamento, o do missionário Padre Baltasar Teles – natural de Lisboa e decano da Faculdade de Teologia desta cidade – que se incluía num movimento pós-tridentino que queria impor por qualquer preço, e através de palavras, em muitos casos bem pouco apropriadas, um catolicismo «puro». Esta como outras posições semelhantes comprometeram, por vezes definitivamente, o trabalho de outros missionários mais contemporizadores, tolerantes e de senso prático.

²⁹ Fr. João dos Santos, *Etiópia Oriental*, v. I, pp. 10-11.

³⁰ Jean de LÉRY, *Istoria de uma viagem feita á terra do brazil*, cap. XVI, § 2. Todas as citações relativas às expedições francesas foram retiradas desta obra de Jean de Léry, traduzida por Alencar Araripe, para o Instituto Istorico e Geográfico Brasileiro, em 1887, e de que respeitamos a ortografia.

O extremismo deste missionário tocava não só os aspectos verbais e de oratória contundente mas advogava, perante a hostilidade suscitada, o uso da «argumentação da espada», como deixou expresso:

«Sem armas na mão que defendem e autorizam os pregadores católicos, [os missionários] não poderão nunca ter sucesso entre aqueles cismáticos [Etiópes].»³¹

* * *

Se em Portugal, o filtro inquisitorial quase não deu espaço para qualquer implantação significativa das ideias da Reforma, mais difícil se tornou a difusão dessas ideias nos espaços territoriais sob o domínio português do ultramar, uma vez que só poderiam ser veiculadas pelas naus que debandavam aquelas terras. Sabendo-se como eram organizadas as expedições marítimas, sob a intensa vigilância político-religiosa do Estado, e ainda o acompanhamento que os clérigos deslocados para Oriente prestavam às tripulações em viagem, era difícil de imaginar qualquer infiltração que não pudesse ser rapidamente identificada, além das dificuldades que sempre surgiriam no destino, onde as pequenas comunidades portuguesas viviam em íntimos laços de solidariedade a fim de mais facilmente resistirem às adversidades e às permanentes ameaças que as espreitavam nessas longínquas paragens.

Apesar disso, no entanto, os tribunais da Inquisição não abrandaram a vigilância, principalmente naquelas cidades portuárias, como era o caso dos portos da Índia, com destaque para Goa, que eram visitados por navios mercantes procedentes de países onde estava implantado o Islão e o Protestantismo. Em Goa, cedo se sentiu a necessidade de instalar o Santo Ofício com o seu tribunal o que foi feito, a pedido de São Francisco Xavier, em 1561³², visando não só dificultar a entrada das ideias «heréticas» da Reforma, mas, especialmente, vigiar pelo cumprimento dos preceitos da Igreja, que a marinharia portuguesa tendia a desleixar ou a abrandar, longe da vigilância apertada da estrutura eclesiástica europeia, assim como conduzir à submissão canónica romana os cristãos de São Tomé, do culto siríaco.

Nas possessões portuguesas (ou ibéricas, a partir de 1580) do Continente Africano, não se conhecem quaisquer movimentações com intuítos de difusão das ideias reformadoras, pelo menos até bem dentro do séc. XVII. As primeiras referências que aludem a este assunto, fazem-no para «enaltecer» a acção do rei do Congo, baptizado no Catolicismo, que, no seu comércio com os navios negreiros holandeses, só fornecia escravos baptizados catolicamente, com a garantia de estes serem desembarcados em portos portugueses do Brasil, para, desta forma, evitar que esses escravos se conver-

³¹ Padre Baltasar Teles, *História da Etiópia*, pp. 310-311.

³² A Inquisição de Goa, instalada em 1561, foi extinta, em 1774, por ordem do Marquês de Pombal, e restabelecida, novamente, em 1778, por D. Maria I. Mais tarde, em 1809, por ordem de D. João VI, o Tribunal inquisitorial passou a ser dirigido por um Presidente secular. Em 1810, pelo Tratado de Comércio e Navegação, celebrado entre Portugal e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, Goa – que incluía os territórios de Salsete, Bardez, Moçambique, Damão, Dio e Macau – passou a beneficiar de um estatuto de livre tolerância religiosa, tendo, em 1812, sido extinta a Inquisição («virada contra os judeus, cristãos-novos e cristãos-velhos, outros cristãos de vida moral depravada, hereges e ímpios, mas ainda contra os sequeiros de religiões orientais – hindus, mouros, budistas, jaines, zoroastras, etc. – vivendo nas possessões portuguesas do Oriente e que nada tinham que ver com a doutrina de Cristo»), naquele território, por Carta Régia do Príncipe Regente, a partir do Rio de Janeiro. (Cf. Fortunato de ALMEIDA, *História Religiosa de Portugal*, v. IV.)

tessem ao protestantismo, chegando mesmo a queimar publicamente certos livros calvinistas que os holandeses pretendiam divulgar nesse reino, por estarem «cheios de erros» e ameaçarem a fé católica dos congolezes³³. Em reforço destas vontades, a Inquisição, embora não estabelecida nestes lugares, fazia-os visitar, periodicamente, pelos seus agentes, que ali se demoravam o necessário para as inquirições antecipadamente anunciadas e preparadas pelos cristãos residentes, de forma a que nada fosse deixado, durante muito tempo, ao arrepio do seu vigilante olhar.

Na América, com Jean de Léry

É num quadro europeu de luta de interesses políticos, territoriais e religiosos, bem acesa pela disputa de espaços de influência fora do Velho Continente que emergem as figuras de alguns descontentes, perseguidos e ameaçados que procuram refazer as suas vidas, e também as suas pátrias, nas novas terras do Novo Continente: a América. As histórias destas personalidades, marginais ao normal processo das descobertas – com «saque» e retorno – são contadas a partir de lutas pela afirmação e defesa do direito à diferença. Toda a América, de norte a sul, foi povoada principalmente por esta gente que procurava reconstruir uma nova pátria, numa terra de segurança, de tolerância e de liberdade.

Em Novembro de 1555, e à revelia dos acordos papais com a Espanha e Portugal, desembarcou na Baía de Guanabara (futuro Rio de Janeiro) uma expedição francesa que havia saído da Europa no mês de Maio, constituída por um núcleo de seguidores de João Calvino, desgostosos da vida de sobressalto e perseguição que levavam numa França em contenda religiosa permanente, entre calvinistas e católicos e que se prolongaria por todo o séc. XVI.

Eram taes [as perseguições], que n'esse tempo muitas pessoas, de todos os sexos e condições, eram em todos os lugares do reino, por edictos do rei e por decizões dos parlamentos, queimadas vivas, sendo seos bens confiscados, por causa da religião.³⁴

Chegavam às terras do «pau-brasil» movidos por uma única aspiração: construir uma nova vida de paz e prosperidade. A nostalgia da pátria, porém, levá-los-ia a tentarem reproduzir nas novas terras as suas vivências abruptamente interrompidas e, para isso, houve que preservar os imaginários pátrios, começando pela nomeação dos novos lugares com os nomes das suas origens. Desta feita, a nova pátria passou a chamar-se «França Antártica».

Os custos de uma expedição desta grandeza não estavam ao alcance de particulares, pois envolviam não só a capacidade financeira para prover de bens essenciais duas ou três naus e respectivas tripulações que forçosamente teriam de contar com o engajamento de bons timoneiros, experientes na derrota dos mares, e que aliassem o conhecimento profundo dos ventos e marés oceânicos com o dos céus do hemisfério sul. Tudo isto para uma viagem de que ninguém saberia a duração exacta, com dois, três ou seis meses, na melhor das hipóteses. E, a acrescentar a todas exigências, a expedição teria de ser provida de uma grande capacidade militar de defesa e de ataque, a fim de

³³ Cf. John BAUR, *2000 Anos de Cristianismo em África*, p. 64.

³⁴ Cf. Jean de LÉRY, *ob. cit.*, cap. I, § 2.

fazer frente quer ao perigo do curso oceânico quer à animosidade dos autóctones e dos europeus concorrentes, de outras nacionalidades – caso dos portugueses³⁵, no Brasil – que já se encontravam instalados nessas paragens.

Esta primeira expedição era comandada por um recente simpatizante das ideias genebrinas da Reforma, o vice-almirante Nicolas Durand de Villegaignon (1510-1571), que idealizava viver livremente no Novo Mundo e ali praticar a «reforma do Evangelho».

Para o efeito, Nicolas de Villegaignon, moveu influências junto do almirante de França, Gaspar de Coligni, que era chegado do rei Henrique II. E o rei, com a promessa de que esta expedição faria reverter para o reino de França, não só a soberania das novas terras que fossem povoadas por franceses, mas também as riquezas que ali se encontrassem, pois segundo se constava eram muito ricas em ouro, fez aparelhar dois navios com comodidades e artilharia e concedeu dez mil francos para custear as despesas.

Villegaignon, ao aportar, teve como primeira preocupação procurar um lugar abrigado, tendo-se alojado numa ilha próxima, onde, de imediato, começou a erguer uma fortaleza, a fim de se defender dos naturais e dos Portugueses que já vivam por estas paragens, havia 55 anos.

Depois de instalado, reabasteceu os navios de bens daquelas terras, especialmente madeiras, e remeteu-os de regresso a França, portadores de cartas dirigidas à Igreja de Genebra e ao almirante Coligni, em que solicitava a João Calvino que lhe enviasse mais gente

afim de proseguir e avançar com diligencia na obra, que empreendera, e que dezejava, conforme dizia, continuar com todas as suas forças, pedia instantemente não só que lhe enviassem ministros da palavra de Deos, mas tambem que, para melhormente reformar a si e a sua gente, e para xamar os selvagens ao conhecimento da sua salvação, algumas outras pessoas bem instruidas na religiao cristan acompanhassem os ditos ministros, afim de virem ter com ele.³⁶

O efeito das cartas de Villegaignon foi verdadeiramente impressionante, pelo alvoroço suscitado nas comunidades francesa e suíça reformadas. Elas proporcionaram uma luz de esperança em muitos espíritos angustiados pelo ambiente já referido de suspeição e perseguição em que vivam todos os simpatizantes das novas ideias religiosas, abrangendo novos e velhos como testemunha o seguinte extracto de Jean de Léry:

O senhor Dupont foi também solicitado pela igreja pelos ministros de Genebra, embora já fosse velho e caduco; mas ainda animado pelo grande desejo que tinha de empregar-se em tão boa obra, e pospondo e abandonando todos os outros seus negócios, e até deixando seus filhos e sua família para ir para tão longe acedeu em fazer o que lhe requeriam.³⁷

³⁵ Era renhida a disputa pela posse territorial entre as potências europeias, e essa disputa começava ainda longe das possessões, em alto mar, como nos diz o autor: «bazeado em exemplos adiante expostos, que os Espanhões, e ainda mais os Portuguezes, gabando-se de serem os primeiros descobridores da terra do Brazil, e tambem de todo o continente desde o estreito de Magalhães, que fica aos 50 grãos do lado do pólo antarctico, até o Perú, e ainda áquem do equador, sustentam, que saiu senhores d'esse paiz, e alegam que os Francezes, que por ele viajam, sam usurpadores; e por isso os encontram no mar, e contam vantagem, fazem-lhes tal guerra, que xegam a ponto de os esfolar vivos, e dar-lhes outros generos de morte cruel. Os Francezes, sustentando o contrario, afirmam, que têm parte n'esses paizes novamente conhecidos, e não cedem voluntariamente aos Espanhões e menos aos Portuguezes, mas defendem-se valentemente, e muitas vezes dam o troco aos seos inimigos.» (Cf. Jean de Léry, *ob. cit.*, cap. II, § 7.)

³⁶ Jean de LÉRY, *ob. cit.*, cap. I, § 5.

³⁷ Idem, *Ibidem*, cap. I, § 6.

a que juntaram os dois eclesiásticos que os iriam dirigir: Pedro Richier, «já idoso, com 50 anos», e Guilherme Chartier.

O senhor Dupont, como nos sugere o texto transcrito, foi constituído organizador do corpo evangélico a embarcar proximamente para o Brasil, dando satisfação ao pedido de Villegaignon mas sempre com a preocupação de seleccionar elementos idóneos, firmes na nova fé e dispostos ao sacrifício.

Nesse trabalho de convite ou aliciamento, Dupont esforçou-se por não dourar demasiado as expectativas humanas de tal viagem e, para isso, socorreu-se de um discurso fundado nos aspectos mais desconfortantes a fim de filtrar os entusiasmos:

Para a ninguem iludir, Dupont alem de declarar longo e fastidioso caminho, que convinha fazer, a saber, quazi 150 legoas por terra, e mais de 2000 por mar, acrescentava que, xegando a essa terra da America, cumpria contentar-se com o alimento de certa farinha feita de raizes, em lugar de pão e, quanto a vinho, nem noticias d'ele, pois ahi não crecea parreira; emfim dizia, que como em novo mundo (conforme advertia carta de Nicoláo de Villegaignon conviria usar ahi de modo de vida e de viandas inteiramente diferente dos da nossa Europa: todos aqueles, digo eu, que amavam mais a teoria do que a pratica d'essas couzas, e não apeteciam, mudar de ares, nem suportar as ondas do mar e o calor da zona tórrida, nem ver o pólo Antártico, não quizeram entrar em liça, nem alistar-se, nem embarcar-se em tal viagem.³⁸

Apesar do quadro de dificuldades apresentadas, prontificaram-se 14 voluntários, para o novo envio e, dentre eles, estava o autor do documento invocado para esta reflexão, João de Léry, movido «tanto pela boa vontade que Deos me déra para servir á sua gloria, como por curiozo de ver o novo mundo»³⁹.

De Genebra seguiram para Chastillon sur Loing, em Setembro de 1556, onde se encontraram com o almirante Coligni que lhes dirigiu palavras de entusiasmo e encorajamento e lhes prometeu todo o apoio necessário para levarem a bom termo os seus propósitos. Dali seguiram para Paris, a que se juntaram outros companheiros, e, de Paris, rumaram a Rouen e ao porto de Oufleur, na Normandia, onde, um mês depois, embarcaram.

Esta nova expedição, que se fez ao mar no dia 20 de Novembro de 1556, era composta de «trez excelentes navios fornecidos, como foram, de viveres e outras couzas para a viagem» – o «Petite Roberge», com 80 pessoas; o «Grand Roberge»⁴⁰, com 120 pessoas, onde estava Jean de Léry; e o «Rosée», com 90 pessoas, em que se incluíam as primeiras mulheres francesas que demandavam o Brasil, «cinco raparigas com uma matrona».

Durante toda a viagem, os olhos de Jean de Léry foram poucos para absorver e admirar todas as novidades com que se deparou e deixou-as descritas de uma forma entusiástica e maravilhada, ao longo de dezenas de páginas. São extensas as referências feitas a toda a fauna marítima e curiosa a sua preocupação em verificar muitas das teo-

³⁸ Jean de LÉRY, *ob. cit.*, cap. I, § 8.

³⁹ IDEM. *Ibidem*, cap. I, § 9.

⁴⁰ O maior dos três navios tinha um aparelho de guerra composto de «18 peças de bronze e mais de 30 falconetes e mosquetes de ferro, fóra as outras munições de guerra» e a sua tripulação sentia-se de tal forma confiante na sua capacidade bélica que «tinham rezolvido n'esta jornada atacar e combater o exercito naval do rei de Portugal, si o encontrassemos, lizonjeando-se de poder alcançar vitoria». Cf. Jean de LÉRY, *ob. cit.*, cap. II, § 20.

rias de domínio científico que corriam pela Europa, como deixou explícito, por exemplo, no seguinte extracto:

A respeito das partes interiores e do intestino do golfinho, direi, que si como o cerdo, em lugar das quatro pernas, se separarem as quatro rebarbas, e tirarem-se as tripas (ou a fressura, si o quizerem) e as costelas, aberto e pendurado, direis ser um verdadeiro porco terrestre. [...] Sem nos determos no que outros já escreveram em contrario, penso, que os golfinhos, como as porcas, geram seus fetos, e não se reproduzem por meio de ovos, como quazi todos os outros peixes. Entretanto si algum me quizesse arguir, louvando-se para este fato antes n'aqueles que viram a experiencia, do que, n'aqueles que somente leram os livros, eu não quereria outra decizão; e ninguem me impedirá de crer no que vi.⁴¹

Da mesma forma, deixou menção de ventos, calmas, correntes e tempestades com que se depararam, assinalando com rigor as latitudes e longitudes em que observavam esses fenómenos, constituindo as suas explicações autênticas aulas experimentais de astronomia e de geografia:

Para voltar á nossa navegação direi, que, faltando-nos bom vento aos 3 ou 4 grãos áquem do equador, tivemos então não só tempo muito máo, e entremeado de xuvas e calmaria, mas tambem difícil e mui perigoza navegação nas proximidades da linha equinocial, e ahi observei, que, por cauza da inconstancia dos diversos ventos que sopram conjuntamente, não obstante andarem os nossos trez navios mui perto uns dos outros, não podiam os diretores do rumo e do leme serrar marcha uniforme e cada navio era impellido por vento diferente.

[...]

Assim sem interrupção singramos com bom vento nordeste até 4 grãos alem da linha equinocial. Dahi começamos a ver o pólo antartico, que os marinheiros da Normandia xamam estrêla do sul, perto da qual, como então observei, estam outras estrelas em cruz, a que xamam cruzeiro do sul. Provavelmente por isso algum já escreveo, que os primeiros navegantes, que em nossos tempos fizeram esta viagem, referia, que perto d'este pólo antartico ao sul, avista-se quazi sempre uma nubecula branca e quatro estrelas em cruz com mais trez, que se assimilham ao nosso setentrião. Ora, muito tempo já avia, que tinhamos perdido de vista o pólo antartico; e aqui direi de passagem, que, não so, conforme alguns pensam (e parece tambem provar-se pela esfera) não podemos ver os dois pólos, quando estamos debaixo do equador, mas tambem não podemos ver nem um, nem outro, e é preciso estar afastado quazi 2 grãos do lado do norte do sul para ver o artico ou o antartico.⁴²

Após inúmeras tormentas e actos de pirataria em que estiveram envolvidos, chegaram à França Antártica, onde os esperava Nicolas Villegaignon. Chegaram a 10 de Março do ano seguinte ao da partida; três meses e meio depois de terem saído da Europa.

O acolhimento festivo que os esperava fê-los rapidamente esquecer todas as tormentas da viagem e, de imediato, juntos, deram graças a Deus «por terem sido conduzidos tam felizmente ao porto desejado».

⁴¹ Jean de LÉRY, *ob. cit.*, cap. III, § 9.

⁴² IDEM, *Ibidem*, cap. IV, §§ 1 e 9.

Nesta oportunidade, o senhor Dupont, como condutor mais idóneo, entendeu enriquecer a assembleia orante com a invocação das razões desta viagem, fazendo o historial de todas aquelas motivações que ali os tinham conduzido. Enalteceu a acção dos irmãos que já ali estavam há um ano, aludiu às cartas que eles haviam dirigido a Genebra e lembrou as palavras de resposta de João Calvino que indicavam as razões da empresa: «para erigir n'esse paiz uma igreja reformada, concordante com a palavra de Deos». De seguida, Villegaignon deu as suas boas-vindas e acrescentou os seus propósitos em tudo isto e que a todos pretendia vincular:

Quanto a mim, tenho na verdade desde muito tempo, e de todo o meo coração dezejado tal couza, e recebo-vos de mui bôa vontade com estas condições; ate porque dezejo, que a nossa igreja tenha fama de ser a mais reformada de todas. Desde já quero, que os vicios sejam reprimidos, que o luxo do vestuario seja reformado, e em suma que do meio de nós remova-se tudo quanto nos possa impedir de servir a Deos.

após o que, levantando os olhos ao Céu, dirigiu uma prece a Deus, neste termos:

Senhor Deos, rendo-te graças de me teres enviado o que desde tanto tempo tenho ardentemente pedido.

E dirigindo-se aos irmãos, acrescentou:

Meos, filhos (pois quero ser vosso pai), assim como Jezuz Cristo n'este mundo nada fez para si, e tudo fez para nós, assim tambem eu (esperando que Deos me conserve a vida até que nos fortifiquemos n'este paiz e possaes despensar-me) tudo quanto pretendo fazer aqui é para todos aqueles que vêm ao mesmo fim que vós viestes. Delibero constituir aqui um refugio para os pobres fieis, que fôrem perseguidos em França, Espanha, e em outra qualquer parte de além-mar, afim de que, sem temor do rei, nem do imperador ou de outros potentados, possam servir a Deos com pureza, conforme a sua vontade.⁴³

Mas a celebração da chegada não se ficou por estes actos de recepção. Foram, depois, estendidos a toda a comunidade que foi convocada para uma assembleia mais alargada, conforme descrição:

Depois d'isto mandou logo retinir toda a sua gente (comnosco em uma pequena sala, que avia no meio da ilha, e depois que o ministro Pedro Richier invocou a Deos e cantou-se em côro o salmo quinto nas palavras: - Quero dizer etc., o dito ministro, tomando por tema estas palavras do salmo vegesimo setimo: - Pedi ao senhor uma couza que ainda reclamarei, e é que eu abite na caza do Senhor todos os dias de minha vida fez a primeira predica no fortim de Coligni na America. Durante ela Nicoláo de Villegaignon, pretendendo espor a materia, não cessou de juntar as mãos, levantar os olhos para o céu, dar altos suspiros, e fazer varios outros gestos, com que cauzava admiração a todos nós. Por fim acabadas as preces solenes, conforme o ritual costumado das igrejas reformadas em França, e determinando para elas um dia em cada semana, dissolveo-se a reunião.⁴⁴

⁴³ Jean de Léry, *ob. cit.*, cap. VI, § 2.

⁴⁴ *Idem*, *Ibidem*, cap. VI, § 3.

* * *

Passado que foi o efeito dos piedosos actos de convivência fraterna, logo os recém-chegados se viram confrontados com a dura realidade do dia-a-dia daquela pequena comunidade reformada, administrada por Villegaignon, como podemos depreender das amargas palavras extraídas do livro de Léry:

Assim, logo no dia seguinte e nos posteriores, Nicoláo Villegaignon, sem necessidade forçoza, sem nenhuma atenção a estarmos mui debilitados pelo tranzito do mar, sem consideração ao calor que ordinariamente faz n'esse paiz, e sem atender á parca alimentação, que tínhamos, que era para cada um por dia duas taças de farinhadura, feita de raizes, de que acima falei, de parte da qual com essa agua turva da dita cisterna faziamos papa, como a gente do paiz, e o resto comiamos seco, obrigou-nos a carregar terra e pedras para o seo fortim e isto com tal deligencia que forçava-nos, apezar dos nossos incomodos e da nossa debilidade a rezistir ao labor desde a madrugada até a noite; e bem parecia, que ele tratava-nos um pouco mais rudemente que o dever de bom pai (como dicera na nossa xegada querer tratar-nos) exigiria para com os seos filhos.⁴⁵

Mas se a vida era dura nos aspectos de alimentação e de trabalho, como referido acima, não era de menor exigência na vivência da fé reformada que a todos era imposta. Tratava-se de uma «autêntica» reforma de costumes de vida e de mentalidades em que emergia revigorada toda uma ambiência preceitual cuja fidelidade crente esboçada pelos lábios exigia a correspondente manifestação nos comportamentos expostos à censura de todos:

Ora, para voltarmos ao assunto principal, devo dizer, que desde a primeira semana, em que xegamos, Nicoláo de Villegaignon não só constituiu, mas tambem ele proprio estabeleceo esta ordem, a saber, que além das preces publicas que fazia todas as noites, depois de findo o trabalho, os ministros pregariam duas vezes no domingo e nos dias de trabalho durante uma ora; declarando tambem expressamente, que ele queria e dezejava, que sem contemplações humanas fossem os sacramentos administrados conforme a palavra de Deos, e que no de mais fosse a disciplina eclesiastica aplicada contra os pecadores. Conforme esta policia eclesiastica, no domingo 21 de Março, em que pela primeira vez celebramos a santa ceia do nosso senhor Jezus Cristo no fortim de Coligni, na America, os ministros, com a devida antecedencia, prepararam e catechizaram todos aqueles que deviam comungar, porque não tinham bôa opinião de um tal João Cointa, que ora apelidava-se senhor Eitor, ora doutor da Sorbona, o qual tinha passado o mar comnosco: foi rogado, que, antes de apresentar-se á comunhão, fizesse confissão publica da sua fé; o que ele fez, e por este modo perante todos abjurou o papismo. [...]

E outras pessoas ahi presentes ainda não tinham professado a religião reformada, nem eram capazes de tal misterio, os fez sahir, e não quiz que vissem o pão e o vinho. Além d'isso ele proprio, conforme dizia, para dedicar o seo fortim a Deos e para fazer confissão e sua fé em face da igreja, ajoelhou-se em um coxim de veludo (que o pajem ordinariamente trazia atraz d'ele), e pronunciou em voz alta duas orações, das quaes obtive cópia.⁴⁶

⁴⁵ Jean de LÉRY, *ob. cit.*, cap. VI, § 5.

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, cap. VI, §§ 6-7. Em *Anexo 1*, inserem-se as orações que Villegaignon pronunciou nessa celebração e que ajudam a entender os conceitos teológicos que defendia, ou, pelo menos, a percebermos a profundidade das suas contradições quando comparado este seu comportamento devocional com o trato com os irmãos, à sua responsabilidade, e ainda o desfecho final das suas relações com a Reforma.

Estas atitudes de carácter despótico que Villegaignon tomava, como administrador da comunidade, acabaram por fazer despoletar sentimentos de insegurança, de temor, de desconforto, e culminaram em confrontos que se reproduziam, de uma forma velada, sob o aspecto de manifestações de desentendimentos de carácter teológico. Alguns desses confrontos eram protagonizados pelos elementos mais temerários, como era o caso de João Cointra, referido na transcrição acima.

Uma das questões, à volta da qual se dividiam mais os membros da assembleia, consistia na interpretação conceitual da «consubstanciação» e da «transsubstanciação» eucarística, embora, qualquer dos ministros, durante os cultos da Ceia, sempre proferir as fórmulas adoptadas na igreja romana – «Este é o meu corpo, este é o meu sangue» –, para espanto de Jean de Léry que conclui: «elas [as fórmulas] não podem significar sinão que ali se contém o corpo e o sangue de Jezus-Cristo»⁴⁷.

Nicolas de Villegaignon, verificando que as tensões se acumulavam, usou de estratégia táctica a fim de acalmar as contendas e os descontentamentos. Remeteu cartas para Genebra, pedindo a João Calvino que lhes enviasse instruções acerca de diversos aspectos disciplinares e lhes mandasse também explicações teológicas para as questões doutrinárias, fazendo sempre menção de grande abertura de espírito e de humildade para acatar quaisquer instruções a que se submeteria de bom grado.

Por isso para mostrar, que ele o acatava, na resposta dada ás cartas, que lhe trouxemos, não só lhe participou mui longamente qual o seo estado em geral, porém mui particulamente (como dice no prefacio e ainda se vê no fim do original da sua carta com data do ultimo de Março de 1557, que temos bem guardada) escreveo com tinta de páo-brazil e do seo proprio punho o seguinte: "Acrecentarei o conselho, que me destes em vossas cartas, esforçando-me com toda vontade por não desviar-me d'ele em couza alguma. Pois de fato estou bem persuadido, que não póde aver outro mais santo, réto e perfeito. Por tanto mandamos lêr as vossas cartas em reunião do nosso conselho, e depois registal-as, afim de que, si nos desviarmos do bom caminho, sejamos pela leitura d'elas advertidos e apartados do estravio."⁴⁸

No entanto, à medida que ia controlando novamente as situações e bem longe ainda de receber qualquer das instruções ou informações solicitadas a Genebra, passou a defender os seus pontos de vista de uma forma mais desabrida e agressiva, não se coibindo inclusive de construir um discurso hermenêutico pessoal para justificar as suas posições,

pretendendo com elas provar as suas propezições. Eis pois o que um dia ouvi ele dizer a um dos seus sequazes: "Não leste no Evangelho do leprozo, que este dice a Jezuz Cristo. Senhor, si quizeres, podes limpar-me, e que apenas Jezuz dice: Quero, fica limpo, o leprozo, ficou são? Assim (afirmava este bom espozitor) quando Jezuz Cristo dice: Este é o meo corpo – cumpre crêr sem interpretação alguma, que ele ali está, e deixemos essa gente de Genebra falar."⁴⁹

ou desdizer, contraditar e mesmo ridicularizar o próprio Calvino:

Logo depois d' esta ceia de pentecostes, Nicoláo de Villegaignon declarou abertamente ter mudado da opinião outr'ora manifestada a respeito de João

⁴⁷ Jean de LÉRY, *ob. cit.*, cap. VI, § 10.

⁴⁸ IDEM, *Ibidem*, cap. VI, § 13.

⁴⁹ IDEM, *Ibidem*, cap. VI, § 19.

Calvino, e sem esperar por sua resposta mandada pedir em França por via do ministro Pedro Chartier, dice, que ele era um máo eretico transviado da fé; e com efeito mostrou-nos desde então má vontade, e dizendo que queria, que a predica não durasse mais de meia óra do fim de Maio em diante, mui poucas vezes a ela assistia. Direi em concluzão, que a dissimulação de Nicoláo de Villegaignon se nos patenteou tam clara, que, conforme vulgarmente se diz, conhecemos logo com que lenha ele se aquecia.⁵⁰

Depois deste tão claro desmascaramento, que muitos atribuíam a uma já bem antiga estratégia concertada com um membro da Cúria Romana, o cardeal de Lorena (de quem se dizia ter recebido correspondência), a fim de mais facilmente comprometer a igreja de Genebra e o próprio João Calvino, Villegaignon passou nitidamente a uma posição ofensiva em relação aos membros desta pequena comunidade:

como si tivesse um carrasco na consciencia, tornou-se tam pezaroso, que jurava a cada momento pelo corpo de Santiago (seo juramento ordinario), que quebraria a cabeça, braços e pernas do primeiro que o importunasse, e ninguém ousava mais buscar a sua presença.⁵¹

O seu comportamento transformou-se radicalmente, passando a usar de grande brutalidade e desumanidade no trato com todos, chegando a «conservar prezo em grilhões» e a açoitar muitos dos seus administrados, com laivos de grande crueldade, principalmente, os autóctones seus escravos, salvos de serem mortos e comidos em lutas intertribais, e que afirmavam agora:

– Si pensassemos, que Paicolá (assim xamavam eles a Nicoláo de Villegaignon) nos trataria desse modo, deixariamos antes que os nossos inimigos nos comessem do que virmos procural-o.⁵²

Tendo-se agravado de tal forma os tratos de vilania que a todos atingia, o senhor Dupont, assumindo o desgosto colectivo dirigiu-se-lhe e fez-lhe saber que

visto ele repudiar o Evangelho, não eramos mais os seos subditos, nem queriamos mais estar ao seo serviço, e menos queriamos continuar a carregar barro e pedra para o seo fortim, julgou ele, enxer-nos de pasmo, isto é, fazer-nos morrer de fome. [...] Mas isto longe de incomodar-nos, porque além de termos mais farinha por uma foice, ou por duas ou trez facas que davamos aos selvagens (os quaes frequentemente vinham nas suas pequenas barcas ver-nos na ilha, ou nós iamos procural-os nas suas aldeias) do que ele nos distribuia em meio anno, ficamos satisfeitissimos com tal recuza por ver-nos inteiramente fora da sua sugeição.⁵³

Não abrandou, porém, Villegaignon, e deu ordens expressas ao seu lugar-tenente que só se podia sair da ilha com a sua autorização. Passado algum tempo, Jean de Léry e outro companheiro atreveram-se a ir a terra firme sem lhe solicitar permissão e, no seu regresso, tiveram de se haver com a contingência de serem presos e agrilhoados, tendo-lhes valido a intervenção do carismático senhor Dupont que lhe justificou

⁵⁰ Jean de LÉRY, *op. cit.*, cap. VI, § 22.

⁵¹ IDEM, *Ibidem*, cap. VI, § 23.

⁵² IDEM, *Ibidem*, cap. VI, § 24.

⁵³ IDEM, *Ibidem*, cap. VI, § 26.

a desobediência pelo facto de a maioria dos membros considerar que ele havia rompido a promessa de mantê-los no exercício da religião evangélica e conservar em grilhões e sob cruel tratamento muitos dos seus irmãos o que estava a causar um grande mal-estar geral e em vias de se concretizar num levantamento com consequências imprevisíveis. Em resposta, Villegaignon, dias mais tarde, com a alegação de que cada vez mais os detestava, assim como a sua doutrina, «declarou que não nos queria mais sofrer nem tolerar no seo fortim nem na sua ilha, e ordenou no fim do mez de Outubro que nos retirássemos». Ponderada a situação e tendo em consideração que, em França, constava que tinham para ali ido a fim de viverem «na observância da reforma do Evangelho», decidiram evitar o escândalo de qualquer violência, por temerem «lançar macula sobre a nova doutrina», e abandonaram a praça.

Assim, depois de termos estado quazi oito mezes n'esta ilha e fortim de Coligni, que tínhamos ajudado a construir, nos retiramos e passamos a terra firme, na qual estivemos dois mezes, esperando que um navio vindo do Havre de Grace carregar pão-brazil, (com cujo mestre contratamos nosso transporte para França) se aprontasse para partir. Acomodamos-nos na praia do lado esquerdo da entrada d'este rio de Guanabara, no lugar xamado pelos Francezes Briqueterie (olaria), o qual apenas dista meia legoa do fortim. E como de lá iam e vinhamos frequentemente, comiamos e bebiamos entre os selvagens, os quaes foram para nós incomparavelmente mais umanos do que aquele que nos não pode suportar, sem lhe termos aliás feito agravo algum.⁵⁴

Assim que foi carregado o navio que os havia de levar de volta a França, embarcaram, mas logo os acometeu tal tempestade, ainda perto das praias do Brazil, cinco deles, temendo um naufrágio, abandonaram o navio e arriscaram alcançar a terra donde saíam, numa barça. Desses, soube-se, mais tarde, por pessoas que regressaram e que

tinham sido espectadores da sena de afogamento de trez d'eles no fortim de Coligni ordenado por Villegaignon por cauza do Evangelho, a saber Pedro Bourbon, João Bordel e Mateos Verneuil. [...] Vendo assim que, emquanto resistiamos ás ondas e tempestades do mar, esses fieis servos de Jesus Cristo suportavam tormentos e a morte cruel, que lhes infligia Nicoláo de Villegaignon. [...] Todavia direi ainda, que foi Nicoláo de Villegaignon quem primeiro derramou sangue dos filhos de Deos n'esse paiz novamente conhecido; e assim por cauza d'esse acto alguem com inteira justiça o denominou Caim da America.⁵⁵

Efectivamente, Villegaignon recebeu com sinais de bondade os cinco passageiros, antigos membros da sua comunidade, que tinham resolvido voltar para terra, mas, passado pouco tempo começou a tratá-los com desconfiança e, escudando-se na autoridade que o lugar de administrador lhe conferia – pois era-lhe reconhecida a representatividade do rei de França, naquelas paragens – exigiu-lhes a abjuração das suas convicções religiosas e deu-lhes doze horas para aporem, por escrito, essa confissão. Terminado o prazo, estes entregaram-lhe um notável documento que ficou conhecido por *Confissão de Fé da Guanabara*⁵⁶, cuja redacção de fidelidade às ideias da Reforma custaria, de imediato, a vida a três deles. Foram agrilhoados, interrogados em processo

⁵⁴ Jean de LÉRY, *ob. cit.*, cap. VI, § 31.

⁵⁵ IDEM, *Ibidem*, cap. XXII, § 25.

⁵⁶ Anexo 2, p. 31.

sumário dirigido pelo próprio Villegaignon, e condenados à morte, sendo atirados ao mar, do alto de uma falésia. Salvaram-se dois: um fugiu para o continente tendo, mais tarde, sido preso na cidade de Salvador e enforcado por ordem do governador português Mem de Sá; e o outro, por ser alfaiate, foi poupado com a condição de se remeter ao silêncio quanto às coisas da religião.

De Nicolas de Villegaignon, sabe-se que retornou a França e ao Catolicismo, sendo «cavaleiro da ordem de Malta, também conhecida por ordem de São João de Jerusalém» à data em que o livro de Jean de Léry foi escrito, 1578; o Forte de Coligni a que se resumia a França Antártica, na ilha da foz do rio Guanabara, acabou por ser tomado pelos Portugueses; e os membros dessa pioneira comunidade reformada regressaram a França, ou foram dispersados e mortos nas contendas de posseção que se seguiram.

Conclusão

Durante todo o século XVI, efectivamente, os simpatizantes da Reforma não conseguiram, de uma forma institucionalizada, viver a sua fé no espaço português, mas deixaram sinais evidentes da sua acção e da sua influência em muitos campos da actividade cívica e religiosa. Não conseguiram abrir um único local de culto, mas perturbaram as águas da estagnação religiosa o suficiente para se estabelecer a dúvida e o inconformismo que só uma repressão violenta e atentatório da dignidade humana pôde, por algum tempo, calar, com custos elevadíssimos no campo da cultura, da ciência e das artes. Só o efeito das Descobertas, com os lucros comerciais proporcionados ao Reino e à burguesia marítima, foram capazes de manter um pouco do brilho e do deslumbre do século anterior e até a meados desse século, que decorreu em ambiência de tolerância e de efervescência social. A partir da segunda metade do século XVI, em termos de relações internas, Portugal entrou num período obscuro e, no campo religioso, entrou num período de terror e de densa penumbra. A deserção dos homens mais lúcidos e dos descontentes, aliada à fuga ou expulsão dos grandes empreendedores, deixou Portugal à mercê da insignificância e mesquinhez durante quase cem anos, com ecos repercutidos nos séculos seguintes e, lamentavelmente, determinaram a emergência de tempos de muita dificuldade, de desilusão, de desânimo, de descrença que culminaram na tragédia nacional de 1580, com a perda da independência.

Fora do território europeu, realmente, uma comunidade evangélica conseguiu, durante um curto período, implantar-se em terras do Brasil, em 1555, tendo ali permanecido até 1558. Mas, «política e ideologicamente, o empreendimento francês foi obviamente um fracasso, não tendo sido adequadamente concebido em termos de seus propósitos, tanto seculares quanto religiosos. Em especial, a questão religiosa, não tendo sido resolvida na França, não o poderia ser no Brasil. Todavia, o experimento, apesar do seu trágico desfecho, tem grande valor para a história do protestantismo, em virtude do seu carácter pioneiro».⁵⁷

⁵⁷ Cf. Alderi SOUZA DE MATOS, *in* . (20-2-2004). O autor é ministro da Igreja Presbiteriana do Brasil e já pastoreou igrejas no oeste do Paraná, em Curitiba e em Cambridge, Estados Unidos. É Doutor em Teologia e em História da Igreja, pela Universidade de Boston (EUA), e auxiliar da Igreja Presbiteriana Ebenézer, desempenhando também o lugar de professor de História da Igreja no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, em São Paulo. Como historiador oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil é autor da obra *Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900) – missionários, pastores e leigos do século XIX*.

Independentemente dos aspectos religiosos, os efeitos da Reforma permitem diversificadas leituras, e esta obra reflectida, de Jean de Léry, pode muito bem incluir-se nesse alargado âmbito que extravasa muito para além das problemáticas simplesmente religiosas. No início, fizemos alusão a alguns resultados da observação da Natureza, focados, pormenorizadamente, por Jean de Léry, ao longo da sua viagem, mas deixámos no olvido imensas outras informações que tocam a etnografia, a geografia humana, a etnologia, a antropologia, a zoologia, etc. *A Istoria de uma viagem feita á Terra do Brazil* é um manacial de informação que nenhum investigador da Modernidade pode desprezar. E, nesse sentido, encontramos elevado proveito no esforço que Jean de Léry dispendeu, para além dos resultados alcançados, ou não, pelo esforço de missão.

Anexo 1

Preces de Nicolas de Villegaignon

«Meo Deos, abre os olhos e a boca do meo entendimento, prepara-os para te dirigir confissão, preces e ações de graças pelos excelentes bens, que nos tem feito! Deos onipotente, vivo e imortal, pai eterno de teo filho Jezus-Cristo, nosso senhor, que por tua providencia com teo filho governas todas as couzas no céu e na terra, assim como por tua bondade infinita fizeste ouvir os teos escolhidos desde a criação do mundo, especialmente por teo filho, que enviaste á terra, pelo qual te manifestas, tendo dito em voz alta: Ouvi-o e depois de tua acensão por teo espirito-santo difundido sobre os apóstolos: reconheço de coração ante a tua magestade e perante a tua igreja, plantada por graça tua n'este paiz, que nunca axei, pela prova que fiz e pelo ensaio de minhas forças e prudencia, sinão que o exito, que podemos ter é tudo obra pura das trevas, sapiencia da carne, poluta no zêlo da vaidade, tendente apenas ao fim e utilidade do meo corpo. Portanto protesto e confesso francamente, que sem a luz do teo espirito santo não sou idoneo sinão para pecar; e despojando-me de toda a gloria, quero, que se saiba de mim, que, si existe luz ou sentelha de virtude na obra pia, que por meo intermedio fizeste, a atribuo a ti só, fonte de todo o bem. N'esta fé pois, meo Deos, te rendo graças de todo meo coração, por te averes dignado xamar-me dos negocios mundanos, entre os quaes vivia por appetite de ambição, aprazendo-te, por inspiração do teo espirito santo colocar-me no lugar, onde com toda a liberdade eu possa servir-te com todas as minhas forças para aumento de teo santo reino. E assim faço para preparar lugar e morada pacifica para aqueles que estam privados de invocar publicamente o teo nome para santificar-te e adorar o teo nome em espirito e verdade, reconhecer teo filho nosso senhor Jezus Cristo, e ser o unico mediador, nossa vida e consolo, e o unico merito da nossa salvação. Além d'isso eu te agradeço, oh! Deos de suprema bondade, porque, conduzindo-me a este paiz de ignorantes de teo nome e da tua grandeza, mas possuidos de Satan, como erança sua, tu me prezervaste da sua malicia, embora fôsse eu destituido de forças umanas; mas tu lh'es incutiste terror de nós por fórma tal que com a simples menção nossa tremem de medo, e os despersaste para alimentar-nos com o seo trabalho. E para refrear a sua brutal impetuosidade, os afliges com trez crueis molestias, preservando-nos d'elas; tiraste da terra os que nos eram mais perigozos, e, reduziste os outros a tal fraqueza, que nada ouzam emprender contra nós. Por cujo motivo tendo eu ocasião de lançar raizes n'este lugar e assim tambem a companhia, que te aprouve trazer aqui sem perturbação, estabeleceste o regimen de uma igreja para manter-nos em unidade e temor de teo santo nome, afim de guiar-nos para a vida eterna. Ora, Senhor, pois que te aprouve estabelecer em nós o teo reino, peço-te por teo filho Jezus Cristo, de quem quizeste fazer ostia para confirmar-nos em tua predileção, que aumenteis as tuas graças e a nossa fé, fortificando-nos e iluminando-nos com teo santo espirito, para dedicar-nos ao teo serviço por tal fórma que todo o nosso esmero empregue-se em tua gloria; queiras tambem, senhor e pai nosso, estender a tua benção sobre este sitio de Colignii e paiz da França antartica para que seja inespugnavel refugio daqueles que com bôa consciencia e sem

ipocrizia ahi se abrigarem para dedicar-se connosco á exaltação da tua gloria, e possamos, invocar-te no seio da verdade, sem a perturbação dos eréges. Permitti tambem, que o teo Evangelho reine n'este lugar, fortificando os teos servos para que não caiam no erro dos epicuristas e outros apóstatas; mas sejam constantes em perseverar tia verdadeira adoração da divindade, conforme a tua santa palavra. Praza a ti tambem, oh! Deos de suma bondade, proteger o rei, nosso soberano e senhor, segundo a carne, sua mulher, sua progenie e seo conselho, o senhor Gaspar de Coligni, sua mulher, e sua progenie, conservando-os na vontade de manter e favorecer esta tua igreja; e queiras a mim, teo umilissimo escravo, dar prudência para dirigir-me, de sorte que me não desvie do verdadeiro caminho possa rezistir a todos os obstaculos, que Satan me possa por na auzencia do teo auxilio; que te reconheçamos perpetuamente por nosso Deos misericordioso, justo, juiz, e conservador de todas as couzas com teo filho Jezus-Cristo, reinante contigo, e teo Espirito-Santo, baixado sobre os apóstolos. Cria pois em nós um coração réto, mortifica-nos com o pecado, regenera-nos como omem interior para vivermos com justiça, suguitando nossa carne para tomal-a idonea para as ações da alma inspirada por ti, e fazermos a tua vontade na terra, como no céo fazem os anjos. Mas para que a urgencia de satisfazer as nossas necessidades nos não faça cair em pecado por desconfiança da tua bondade, queiras prover a nossa vida e conservar a nossa saúde. E assim como a carne terrestre com o calor do estomago converte-se em sangue e nutrimento do corpo, assim tambem queiras nutrir e sustentar nossas almas com a carne de teo filho até consubstanciar-se ele em nós e nós n'ele; expelindo toda a malicia (pasto de Satan) e subrogando em lugar d'ela a caridade e fé, afim de sermos conhecidos de ti como teos filhos; e quando te ouvermos ofendido, permiti senhor de mizericordia, lavar os nossos pecados no sangue de teo filho, lembrando-te que somos concebidos na iniquidade, e que naturalmente pela dezobediencia de Adão em nós reside o pecado. Além d'isso conhece, que a nossa alma não pôde executar o santo desejo de obedecer-te pelo órgão do corpo imperfeito e rebelde. Igualmente pelos merecimentos de teo filho Jezus Cristo não nos imputes as nossas falhas, antes nos imputes as nossas faltas, antes nos imputes o sacrificio da tua morte e paixão; que pela fé temos sofrido com ele, tendo penetrado n'ele pelo recebimento do seo corpo no ministerio da eucaristia. Da mesma forma concede-nos graça para que perdoemos aos que nos ofenderam, e em vez de vingança procuremos o seo bem, como si fossem nossos amigos, seguindo assim o exemplo de teo filho, que pedio por aqueles que o perseguiram. E quando formos instigados pela lembrança dos bens, esplendores; pompas e onras d'este mundo, estando, aliás abatidos pela pobreza e pelo pezo da cruz de teo filho, seja a tua vontade exercer-nos para tornar-nos obedientes, e para que, engolfados na felicidade mundana, não nos rebelemos contra ti, sustenta-nos e adoça a agrura das aflições, afim de que estas não sufoquem a semente, que lançaste em nossos corações. Nós te rogamos tambem, pai celestial, que nos guardes das tentações, com que Satanás tenta desviar-nos; preserva-nos de seus ministros e dos selvagens insensatos, no meio dos quaes te aprouve trazer-nos e conservar; livra-nos dos apóstatas da religião cristan espalhados no meio d'eles; e sejas servido xamal-os á tua obediencia, afim de que se convertam, o teu Evangelho se publique por toda a terra, e em todas as nações se anuncie a tua bemaventurança. Que vivas e reines com o teu Filho e o Espirito-Santo por todos os seculos dos seculos. Amen.»

«Jezus-Cristo filho de Deos vivo, eterno e consubstancial, esplendor da gloria de Deos, sua imagem viva, por quem foram feitas todas as couzas, tu viste o genero umano condenado pelo infalivel juizo de Deos, teo pai, em consequencia da culpa de Adam o qual poderia gozar da vida do reino eterno, tendo sido creado por Deos de terra não poluida por semente, viril, donde se pôde tirar necessidade de pecado, dotado de toda virtude, com liberdade de amplo arbitrio de conservar-se na sua perfeição, todavia incitado pela sensualidade da carne, solicitado e movido pelos inflamados dardos de Satan, deixou-se vencer, e assim incorreo na ira de Deos, do que seguia-se a infalivel perdição dos omens sem ti, senhor nosso: tu, movido por tua imensa e indivisivel caridade, te apresentaste a Deos, teo pai, umilhando-te a ponto de substituires a Adam para sofrer todas as ondas do mar da indignação de Deos, teo pai, para a nossa purificação. E assim como Adam fóra feito de barro não corrompido, sem semente viril, foste concebido do Espirito-Santo em uma virgem para ser feito e formado em verdadeira carne, como a de Adam, sujeita á tentação, e constantemente exercitada mais que a de todos os omens, sem pecado; e finalmente querendo admitir por ti em teo corpo o de Adam e toda a sua poste-

rioridade, alimentando as suas almas com a tua carne e o teu sangue, te quizesse sofrer morte, afim de que, como membro de teu corpo, eles se alimentassem em ti, e agradassem a Deus, teu pai, oferecendo tua morte em satisfação das suas ofensas, como si fossem seus próprios corpos. E assim como o pecado de Adam se inoculára na sua posteridade, e pelo pecado a morte, tu quizesse e impetraste de Deus, teu pai, que tua justiça fôsse imputada aos crentes, os quaes, pela manducação da tua carne e do teu sangue, tu fizeste uns contigo, e transformaste em ti como alimentados por tua carne e substância, o verdadeiro pão, para viverem eternamente como filhos da justiça e não da ira. Ora, pois que aprouve-te fazer-nos tantos bens, e sentado á mão direita de Deus, teu pai, és ahi eternamente constituído nosso intercessor e soberano sacerdote, conforme a ordem de Melchizedec, tem piedade de nós, conserva-nos, fortifica e aumenta a nossa fé, oferece a Deus, teu pai, a confissão que faço de coração e boca, em presença da tua igreja, santificando-me por teu espirito, como prometeste, dizendo: - Não vos deixarei orfãos. Aumenta a tua igreja n'este lugar, de modo que em plena paz aqui sejas adorado com pureza. Que vivas e reines com ele e com o Espírito-Santo por todos os seculos eternamente. Amen.»

Anexo 2

Confissão de Fé da Guanabara

Segundo a doutrina de São Pedro Apóstolo, em sua primeira epístola, todos os cristãos devem estar, sempre prontos para dar a razão da esperança que neles há, e isso com toda doçura e benignidade, nós, abaixo assinados, senhor de Villegaignon unanimemente, (segundo a medida da graça que o Senhor nos há concedido, damos razão, a cada ponto, como nos haveis apontado e ordenado, e começando no primeiro artigo:

Artigo 1. Cremos em um só Deus, imortal e invisível, criador do céu e da terra, e de todas as coisas, tanto visíveis como invisíveis, o qual é distinto em três pessoas: o Pai, o Filho e o Santo Espírito, que não fazem senão uma mesma substância eterna e uma mesma vontade; o Pai fonte e começo de todo bem; o Filho eternamente gerado do Pai, o qual, cumprida a plenitude do tempo, se manifestou em carne ao mundo, sendo concebido do Santo Espírito, nascido da virgem Maria, feito sob a Lei para resgatar os que sob ela estavam, afim de que recebessem a adoção de próprios filhos; o Santo Espírito, procedente do Pai e do Filho, mestre de toda verdade, falando pela boca dos Profetas, sugerindo todas as coisas que foram ditas por Nosso Senhor Jesus Cristo aos Apóstolos. Este é o único consolador em aflição, dando constância e perseverança em todo bem. Cremos que é mister somente adorar e perfeitamente amar, rogar e invocar a majestade de Deus em fé ou particularmente.

Artigo 2. Cremos um só Deus, imortal e invisível, criador do céu e da terra, e de todas as coisas, tanto visíveis como invisíveis, o qual é distinto em três pessoas: o Pai, o Filho e o Santo Espírito, que não fazem senão uma mesma substância eterna e uma mesma vontade; o Pai fonte e começo de todo bem; o Filho eternamente gerado do Pai, o qual, cumprida a plenitude do tempo, se manifestou em carne ao mundo, sendo concebido do Santo Espírito, nascido da virgem Maria, feito sob a Lei para resgatar os que sob ela estavam, afim de que recebessem a adoção de próprios filhos; o Santo Espírito, procedente do Pai e do Filho, mestre de toda verdade, falando pela boca dos Profetas, sugerindo todas as coisas que foram ditas por Nosso Senhor Jesus Cristo aos Apóstolos. Este é o único consolador em aflição, dando constância e perseverança em todo bem. Cremos que é mister somente adorar e perfeitamente amar, rogar e invocar a majestade de Deus em fé ou particularmente.

Artigo 3. Cremos, quanto ao Filho de Deus e ao Santo Espírito, o que a Palavra de Deus e a doutrina apostólica, e o símbolo, nos ensina.

Artigo 4. Cremos que Nosso Senhor Jesus Cristo virá julgar os vivos e os mortos, em forma visível e humana como subiu ao Céu, executando tal juízo na forma em que nos predisse em são Mateus vigésimo quinto capítulo, tendo todo poder de julgar a ele dado pelo Pai, entanto

que é homem. E, quanto ao que dizemos em nossas orações, que o Pai aparecerá em fim na pessoa do Filho, entendemos por isso que o poder do Pai, dado ao Filho será manifestado no dito juízo, não, todavia, que queiramos confundir as pessoas, sabendo que elas são realmente distintas uma da outra.

Artigo 5. Cremos que no Santíssimo Sacramento da Ceia, com as figuras corporais do pão e do vinho, as almas fiéis são realmente e de fato alimentadas com a própria substância de Nosso Senhor Jesus Cristo como nossos corpos são alimentados de viandas e assim não entendemos dizer que o pão e o vinho sejam transformados ou transubstanciados no corpo e sangue dele, porque o pão continua em sua natureza e substância, semelhantemente o vinho, e não há mudança ou alteração. Distinguimos, todavia, este pão e vinho do outro pão que é dedicado ao uso comum, que este nos é um sinal sacramental, sob o qual a verdade nos é infalivelmente recebida.

Ora esta recepção não se faz senão por meio da fé e nela não convém imaginar nada de carnal, nem preparar os dentes para o comer, como Santo Agostinho nos ensina, dizendo: «por que preparas tu os dentes e o ventre? Crê, e tu o comeste». O sinal, pois, nem nos dá a verdade, nem a coisa significada; mas Nosso Senhor Jesus Cristo, por seu poder, virtude e bondade, alimenta e preserva nossas almas, e as faz participantes de sua carne, e de seu sangue, e de todos os seus benefícios. Vejamos a interpretação das palavras de Jesus Cristo: «Este pão é o meu corpo». Tertuliano, no livro quarto contra Marcion, explica estas palavras assim: «Este é o sinal e a figura do meu corpo.» Santo Agostinho: «O Senhor não evitou dizer: – Este é o meu corpo, quando dava apenas o sinal de seu corpo.» Portanto (como é ordenado no primeiro Cânon do concílio de Nicéia) neste santo Sacramento não devemos imaginar nada de carnal e nem nos distrair no pão e no vinho, que nos são neles propostos por sinais, mas levantar nossos espíritos ao Céu para contemplar pela fé o Filho de Deus, Nosso Senhor Jesus Cristo, sentado à destra de Deus seu Pai. Neste sentido podíamos juntar o artigo da Ascensão com muitas outras sentenças de Santo Agostinho, que omitimos, temendo ser longas.

Artigo 6. Cremos que, se fosse necessário por água no vinho os evangelistas e São Paulo, não teriam omitido uma coisa de tão grande consequência. E, quanto a que os Doutores antigos o tem observado (fundamentando-se sobre o sangue misturado com água que saiu do lado de Jesus Cristo), desde que tal observância não tem nenhum fundamento na Palavra de Deus, visto mesmo que depois da instituição da Santa Ceia isto aconteceu nós não a podemos hoje admitir necessariamente.

Artigo 7. Cremos que não há outra consagração que a que se faz pelo ministro quando se celebra a Ceia. Recitando o ministro ao povo, em linguagem conhecida, a instituição desta Ceia, literalmente, segundo a forma que Nosso Senhor Jesus Cristo nos prescreveu, admoestando o povo, da morte e paixão de Nosso Senhor. E mesmo, como diz Santo Agostinho, a consagração é a palavra da fé que é pregada e recebida em fé. Pelo que, segue-se que as palavras secretamente pronunciadas sobre os sinais não podem ser a consagração como aparece da instituição que nosso Senhor Jesus Cristo deixou aos seus Apóstolos, dirigindo suas palavras aos seus discípulos presentes, aos quais ordenou tomar e comer.

Artigo 8. O Santo Sacramento da Ceia não é vianda para o corpo como para as almas (porque nós não imaginamos nada de carnal, como declaramos no artigo quinto) recebendo-o por fé a qual não é carnal.

Artigo 9. Cremos que o batismo é Sacramento de penitência, e como uma entrada na Igreja de Deus, para sermos incorporados em Jesus Cristo. Representa-nos a remissão de nossos pecados passados e futuros a qual é adquirida plenamente só pela morte de Nosso Senhor Jesus Cristo. Demais a mortificação de nossa carne aí nos é representada, e a lavagem representada pela água lançada sobre a criança, é sinal e selo do sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo, que é a verdadeira purificação de nossas almas. A sua instituição nos é ensinada na Palavra de Deus, a qual os santos Apóstolos observaram, usando de água em nome do Pai, do Filho e do Santo Espírito. Quanto aos exorcismos, abjurações de satã, crisma, saliva e sal, nós os registramos como tradições dos homens, contentando-nos só com a forma e instituição deixada por Nosso Senhor Jesus Cristo.

Artigo 10. Quanto ao livre arbítrio, cremos que, se o primeiro homem, criado à imagem de Deus teve liberdade e vontade, tanto para bem como para mal, só ele conheceu o que era o livre arbítrio, estando em sua integridade. Ora, ele nem apenas guardou este dom de Deus, assim dele foi privado por seu pecado, e todos os que descendem dele, de sorte que nenhum da semente de Adão tem uma centelha do bem. Por esta causa diz São Paulo, que o homem sensual não entende as coisas que são de Deus. E Oséias clama aos filhos de Israel: «Tua perdição é de ti ó Israel». Ora isto entendemos do homem que não é regenerado pelo Santo Espírito. Quanto ao homem cristão, batizado no sangue de Jesus Cristo, o qual caminha em novidade de vida, Nosso Senhor Jesus Cristo restitui nele o livre arbítrio e reforma a vontade para todas as boas obras, não, todavia, em perfeição, porque a execução de boa vontade não está em seu poder mas vem de Deus, como amplamente este Santo Apóstolo declara no sétimo capítulo aos Romanos, dizendo: «Tenho o querer mas em mim não acho o perfazer». O homem predestinado para a vida eterna, embora peque por fragilidade humana, todavia não pode cair em impenitência. A este propósito, São João diz que ele não peca porque a eleição permanece nele.

Artigo 11. Cremos que pertence só à Palavra de Deus perdoar os pecados, da qual como diz Santo Ambrósio, o homem é apenas o ministro; portanto, se ele condena ou absolve, não é ele mas a Palavra de Deus que ele anuncia. Santo Agostinho neste lugar diz que não é pelo mérito dos homens que os pecados são perdoados, mas pela virtude do Santo Espírito. Porque o Senhor dissera a seus Apóstolos: «Recebei o Santo Espírito»; depois acrescentara: «Se perdoardes a algum, seus pecados» etc. Cipriano diz que o servidor não pode perdoar a ofensa contra o Senhor.

Artigo 12. Quanto à imposição das mãos essa serviu em seu tempo, e não há necessidade de a conservar agora, porque pela imposição das mãos não se pode dar o Santo Espírito, porquanto isto só a Deus pertence. Tocante à ordem eclesiástica, cremos no que São Paulo dela escreveu na Primeira Epístola a Timóteo, e em outros lugares.

Artigo 13. A separação entre o homem e a mulher legitimamente unidos por casamento não se pode fazer senão por causa de adultério, como Nosso Senhor ensina. Mateus, capítulo dezoito verso cinco. E não somente se pode fazer a separação por essa causa, mas, também, bem examinada a causa perante o magistrado, a parte não culpada não se podendo conter, pode casar-se, como Santo Ambrósio diz sobre o capítulo sete da Primeira Epístola aos Coríntios. O magistrado, todavia, deve nisso proceder com madureza de conselho.

Artigo 14. São Paulo, ensinando que o bispo deve ser marido de uma só mulher não diz que lhe seja lícito tornar-se a casar, mas o Santo Apóstolo condena a bigamia a que os homens daqueles tempos eram muito afeitos. Todavia nisso deixamos o julgamento aos mais versados nas Santas Escrituras, não se fundando a nossa fé sobre esse ponto.

Artigo 15. Não é lícito votar a Deus senão o que ele aprova. Ora, é, assim, que os votos monásticos só tendem à corrupção do verdadeiro serviço de Deus. É também grande temeridade e presunção de o homem fazer votos além da medida de sua vocação, visto que a Santa Escritura nos ensina que a continência é um dom especial. Mateus quinze e Primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios, sete. Portanto, segue-se que os que se impõem esta necessidade renunciando ao matrimônio toda a sua vida não podem ser desculpados de extrema temeridade e confiança excessiva e insolente em si mesmos. E por este meio tentam a Deus visto que o dom da continência é em alguns apenas temporal e o que o teve por algum tempo não o terá pelo resto da vida. Por isso, pois, os monges, padres e outros tais que se obrigam e prometem viver em castidade tentam contra Deus por isso que não está neles cumprir o que prometem. São Cipriano, no capítulo onze diz assim: «Se as virgens se dedicam de boa vontade a Cristo perseverarem em castidade sem defeito; sendo assim fortes e constantes esperem o galardão preparado para sua virgindade; se não querem ou não podem perseverar nos votos, é melhor que se casem que serem precipitadas no fogo da lascívia por seus prazeres e delícias.» Quanto à passagem do Apóstolo São Paulo, é verdade que as viúvas, tomadas para servir à Igreja, se submetiam a não mais casar, enquanto estivessem sujeitas ao dito cargo, não que por isso se lhes reputasse ou lhes atribuísse alguma santidade, mas porque não se podiam bem desempenhar de seus deveres, sendo casadas e, querendo casar renunciavam à vocação para que Deus

as tinha chamado, contudo que cumprissem as promessas feitas na Igreja, sem violar a promessa feita no batismo, na qual está contido este ponto: «Que cada um deve servir a Deus na vocação em que foi chamado». As viúvas, pois, não faziam voto de continência, senão no que o casamento não convinha ao ofício para que se apresentavam e não tinham outra consideração que cumpri-lo. Não eram tão constrangidas que lhes não fosse antes permitido casar-se que abraçar-se e cair em alguma infâmia ou desonestidade. Mais: Para evitar tal inconveniente, o Apóstolo São Paulo, no capítulo citado, proíbe serem recebidas para fazerem tais votos sem que tenham a idade de sessenta anos, que é uma idade comumente fora da incontinência. Acrescenta que os eleitos só devem ter sido casados uma vez, a fim de que por essa forma, tenham já uma aprovação de continência.

Artigo 16. Cremos que Jesus Cristo é o nosso único Mediador, intercessor e advogado, pelo qual temos acesso ao Pai e que, justificados no seu sangue seremos livres da morte e por ele já reconciliados teremos plena vitória contra a morte. Quanto aos santos defuntos, dizemos que desejam a nossa salvação e o cumprimento do Reino de Deus, e que o número dos eleitos se complete; todavia, não nos devemos dirigir a eles como intercessores para obterem alguma coisa, porque desobedeceríamos o mandamento de Deus. Quanto a nós, ainda vivos, enquanto estamos unidos como membros de um corpo, devemos orar uns pelos outros, como nos ensinam muitas passagens das Santas Escrituras.

Artigo 17. Quanto aos mortos São Paulo na Primeira Epístola aos Tessalonicenses, quarto capítulo, nos proíbe entristecer-nos por eles, porque isto convém aos pagãos, que não têm esperança alguma de ressuscitar. O Apóstolo não manda e nem ensina a orar por eles o que não teria esquecido se fosse conveniente. Santo Agostinho, sobre o Salmo quarenta e oito diz que os espíritos dos mortos recebem conforme o que tiverem feito durante a vida; que, se nada fizeram, estando vivos nada recebem estando mortos.

Esta é a resposta que damos aos artigos por vós enviados segundo a medida e porção da fé que Deus nos deu, suplicando que lhe praza fazer que em nós não seja morta, antes produza frutos dignos de seus filhos, e, assim, fazendo-nos crescer e perseverar nela, lhe rendamos graças e louvores para sempre jamais.

Assim seja.

Bibliografia

- BAUR, John, *2000 Anos de Cristianismo em África – Uma História da Igreja Africana*, Lisboa, 2002, Paulinas – Instituto Missionário Filhas de São Paulo.
- LÉRY, Jean de, *Istoria de uma viagem feita á terra do brazil*, tradução para vernáculo, em 1877, por Tristão de Alencar Araripe, elaborada actualmente em registo electrónico pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º 52 (80), pp. 111-372.
- NEILL, Stephen, *Missões Cristãs*, Lisboa, s/d, Editora Ulisseia Limitada.
- SANTOS, João dos (Fr.), *Etiópia Oriental*, 2 vols., edição actualizada e dirigida por Luís de Albuquerque, Lisboa, 1989, Publicações Alfa.
- SIQUEIRA, Sónia A., *Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial (A)*, S. Paulo, 1978, Edições Ática.
- STAUFFER, Richard, *Reforma (A)*, Lisboa, 1970, Livros do Brasil.
- TELES, Baltasar (Pe.), *História da Etiópia*, edição actualizada, Lisboa, 1989, Publicações Alfa.
- SCHLESINGER, Hugo e PORTO, Humberto, *Líderes Religiosos da Humanidade*, 2 tomos, São Paulo, 1986, Edições Paulinas.